



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL – FSSO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

MARCIELLY FERNANDA OLIVEIRA DOS SANTOS

A depressão e o suicídio como reflexos das relações capitalistas

Maceió-Alagoas
2023

MARCIELLY FERNANDA OLIVEIRA DOS SANTOS

A depressão e o suicídio como reflexos das relações capitalistas

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mariana Alves de Andrade.

Maceió- Alagoas
2023

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

S237d Santos, Marcielly Fernanda Oliveira dos.
A depressão e o suicídio como reflexos das relações capitalistas /
Marcielly Fernanda Oliveira dos Santos . – 2023.
58 f.

Orientadora: Mariana Alves de Andrade.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social) –
Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Maceió,
2023.

Bibliografia: f. 57-58.

1. Depressão. 2. Suicídio. 3. Modo de produção capitalista. I. Título.

CDU: 616.89 : 330.342.14



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
COORDENAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**



Folha de Aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas /UFAL

DISCENTE: Marcielly Fernanda Oliveira dos Santos

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em 25/05/2023

Título: A DEPRESSÃO E O SUICÍDIO COMO REFLEXOS DAS RELAÇÕES CAPITALISTAS.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.ª Dra. Mariana Alves de Andrade (ORIENTADORA)

Profa.ª Drª Sueli Maria do Nascimento

Profa.ª Ma. Sandra Barros Lima

MARCIELLY FERNANDA OLIVEIRA DOS SANTOS

A depressão e o suicídio como reflexos das relações capitalistas

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Prof.^a Dr.^a Mariana Alves de Andrade – UFAL (Orientadora)

Banca Examinadora:

Maceió- Alagoas
2023

AGRADECIMENTOS

Eu, Marcielly Fernanda Oliveira dos Santos, agradeço primeiramente a Deus e aos Orixás por me concederem e me ajudarem a chegar até aqui. Nosso Senhor Jesus Cristo me escutou quando mais precisei, Nossa Senhora me abraçou e junto a seu filho esteve sempre presente durante toda a jornada, Ogum me levantou, Oxum me amparou, Exu me guiou, Oxóssi me ensinou a caçar, a buscar o que é meu, Xangô me defendeu, Oyá me escondeu e resguardou quando foi preciso, Omulu me curou, Iemanjá me banhou, Nanã me afastou dos perigos, me cuidou e secou meu pranto, Oxalá me renovou. Sou grata a todos e a cada um, sou uma, mas tenho certeza que não sou só, tenho o amor e o amparo dos que citei.

Agradeço à minha mãe, ao meu pai e ao meu irmão por todo incentivo e acolhimento, sem vocês não seria possível essa realização. Obrigada mainha por acreditar em mim e na profissional que me tornarei, por todas as vezes que me ajudou na rotina cansativa entre os estágios e a faculdade, obrigada por todas as vezes que me cedeu seu colo, seu abraço e seu amor. Obrigada painho, por me proporcionar as condições materiais necessárias para que eu pudesse concluir o curso, por me incentivar a iniciá-lo e por permanecer ao meu lado até o fim. Agradeço ao meu irmão por me alegrar durante as fases difíceis, me incentivar a seguir, me ouvir incansavelmente falando sobre questão social e suas expressões, obrigada por me fazer enxergar outros pontos de vista e construir comigo novas formas de enxergar esse mundo e essa sociedade. Amo vocês infinitamente.

Vô, esse agradecimento é para você. Perdi-te no meio do processo. Lembro da minha prima dizendo que você se emocionou quando ficou sabendo que passamos no vestibular. Vô, obrigada. Perdi um pedacinho de mim quando te perdi, mas me reconstruí e consegui vô, eu consegui concluir a graduação. Obrigada por se emocionar com a minha conquista, foi importantíssimo para mim, foi único.

Agradeço aos amigos que encontrei no caminho, obrigada por me ensinarem tanto, por me darem forças para continuar e por me fazerem acreditar mais em mim, por proporcionarem momentos de grandes debates e conhecimento, mas também de muita alegria e diversão. Conseguimos juntos nos ajudar e trilhar nossos caminhos ainda que para direções diferentes.

Agradeço a todos/as os/as excelentes professores/as que participaram da minha jornada acadêmica, obrigada a todos/as por todos os conhecimentos transmitidos, por todo acolhimento, pelo respeito e pelo incentivo.

Agradeço a todos/as os/as funcionários/as do bloco de aulas e do setor administrativo que nos auxiliaram proporcionando um ambiente legal de convivência no decorrer da graduação.

Agradeço à minha orientadora de TCC, Mariana Andrade, por ter atendido minhas demandas, respeitado meu tempo e auxiliado desde as mais básicas dúvidas até a orientação propriamente dita.

RESUMO

A presente monografia tem como objetivo investigar a depressão e o suicídio como reflexos do modo de produção capitalista. A fim de compreender tal relação, partimos do ponto que é necessário entender a instauração e lógica capitalista, a base do nosso modo de produção atual, suas engrenagens como a força de trabalho, a mais-valia, suas crises e consequências e respostas para a sua retomada. Analisamos o sentido do trabalho no modo de produção capitalista e como se desenrolam e se modificam essas relações de trabalho e até que ponto o trabalho foi degradado no atual modo de produção desencadeando a exaustão física e mental do trabalhador de modo a gerar sofrimento e transtornos mentais. Por fim, abordamos o papel da sociedade por diferentes óticas nessa relação, promovendo através de uma pesquisa bibliográfica em Marx e Durkheim, suas diferentes perspectivas e estudos, além de uma comparação que nos permite refletir sobre até onde essas diferentes óticas se complementam e em quais pontos divergem sobre a promoção e corroboração do sistema para com a depressão e o suicídio entre os trabalhadores. Concluímos então que, o MPC e a sociedade sobre a qual esse impera acabam por corroborar com a produção de suicídios por meio da retirada de direitos e das condições precárias de trabalho, da concentração do capital e das condições necessárias para produção e reprodução do próprio sistema.

Palavras-chave: Depressão. Suicídio. Modo de produção capitalista.

ABSTRACT

This monograph aims to investigate depression and suicide as reflections of the capitalist mode of production. In order to understand this relationship, we start from the point that it is necessary to understand the establishment and capitalist logic, the basis of our current mode of production, its gears such as the workforce, surplus value, its crises and consequences and responses to the its resumption. We analyze the meaning of work in the capitalist mode of production and how these work relations unfold and change and to what extent work has been degraded in the current mode of production, triggering the physical and mental exhaustion of the worker in order to generate suffering and mental disorders . Finally, we approach the role of society from different perspectives in this relationship, promoting through a bibliographical research in Marx and Durkheim, their different perspectives and studies, as well as a comparison that allows us to reflect on how far these different perspectives complement each other and in which points differ on the promotion and support of the system towards depression and suicide among workers. We then conclude that the MPC and the society over which it reigns end up corroborating the production of suicides through the withdrawal of rights and precarious working conditions, the concentration of capital and the necessary conditions for the production and reproduction of the system itself.

Keywords: Depression. Suicide. Capitalist mode of production.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

OPAS – Organização Pan Americana de Saúde

OMS – Organização Mundial de Saúde

MPC – Modo de Produção Capitalista

SESRJ – Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro

HEGV – Hospital Estadual Getúlio Vargas

CID – Código Internacional de Doenças

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. INSTAURAÇÃO E LÓGICA CAPITALISTA.....	11
2.1 Força de trabalho e mais-valia	14
2.2 Crises capitalistas e suas consequências	17
2.3 Da reestruturação produtiva à ideologia neoliberal	20
3. DEPRESSÃO, SUICÍDIO E TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA.....	28
3.1 Inserção do capitalismo nas áreas rurais e urbanas e o reflexo da depressão e do suicídio nos locais de trabalho	35
3.2 O trabalhador, sua identidade e relação com o trabalho e seu sentido	41
4. MARX x DURKHEIM: DEPRESSÃO E SUICÍDIO NA SOCIEDADE DO CAPITAL	43
CONCLUSÃO.....	54
REFERÊNCIAS	57

1.INTRODUÇÃO

De acordo com o artigo *Depressão, o mal do século: de que século?*, de Gonçalves e Machado (2007), a depressão não é uma doença do século atual. Na Antiguidade, o que hoje conhecemos como depressão era registrada como melancolia, na Idade Média foi chamada por Solomon como *O demônio do meio-dia*, na Idade Moderna foi denominada pela primeira vez como depressão, na contemporaneidade está catalogada na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID) e no Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais (DSM). Atualmente, portanto, é objeto de muitas pesquisas e debates principalmente por conta da sua intensificação e do aumento de casos.

Segundo o Ministério da Saúde (2020), a depressão prevalece na população em geral e é de teor médico grave. A folha informativa da Organização Pan-Americana da Saúde /Organização Mundial da Saúde divulga a depressão como a quarta maior causa de ônus e primeira causa de incapacitação ao longo da vida.

O Ministério da Saúde (2020) divulga ainda como causas da depressão a genética, a bioquímica cerebral e os eventos vitais, sendo esta última a causa nos interessa mais aprofundar a análise aqui. Além disso, o Ministério da Saúde aponta como fatores de risco da depressão o estresse crônico, a ansiedade crônica, a dependência alcoólica e de drogas ilícitas, os traumas psicológicos, os conflitos conjugais, as mudanças bruscas de condições financeiras e desemprego.

Sabe-se que o agravamento da depressão pode levar em alguns casos ao suicídio. Sobre o suicídio, segundo dados da folha informativa da OMS (OPAS, s/d.), cerca de 700 mil pessoas se suicidam todos os anos, de modo que o suicídio é, desde 2019, a quarta maior causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos.

Ainda com base na folha informativa divulgada pela OMS em 2021, 77% do número de suicídios ocorre em países de baixa e média renda e tem como fatores de risco a depressão, o abuso do álcool, o colapso de lidar com os estresses da vida financeira, os términos de relacionamento, as dores crônicas e as doenças, o enfrentamento de conflitos, os desastres, a violência, os abusos ou as perdas, o senso de isolamento, a discriminação e a privação de liberdade.

Com base nas informações acima podemos observar alguns fatores de risco tanto da depressão quanto do suicídio que são citados por autores como Émile

Durkheim e Karl Marx, que têm linhas teóricas distintas, assumem uma posição filosófica própria, mas que em seus resultados mais se complementam do que antagonizam (Rodrigues, 2009).

No livro *O Suicídio* (2000), de Durkheim, são citadas as mudanças bruscas de condições de vida, já no livro *Sobre o suicídio* (2006), de Marx, são pontuados o desemprego e a miséria, na cinematografia, se pudermos ilustrar, demonstrados e exemplificados no filme *Tempos Modernos* (1936), na cena em que o personagem de Charlie Chaplin desenvolve uma espécie de distúrbio por conta do estresse causado pela repetição de seus movimentos na fábrica em que trabalha.

No livro *Economia Política: uma introdução crítica* de Netto e Braz (2006), ao longo dos capítulos os autores explanam o surgimento e expansão do capitalismo, como funcionam suas engrenagens de produção e reprodução e como o modo de produção interfere nas relações sociais, tais temas nos ajudam a entender o que é, como funciona e qual função os seres humanos cumprem dentro do sistema social, político e econômico que é o capitalismo.

Conhecendo melhor o sistema onde estamos inseridos podemos assim nos aprofundar e questionar assuntos e temas que outrora não tínhamos visto de forma crítica, um desses assuntos são as relações sociais impostas pelo sistema para sua manutenção e as consequências dessas relações.

Ao entendermos as relações sociais dentro do sistema do capital podemos questionar, por exemplo, a sociedade em que vivemos, a situação do desemprego, as mudanças bruscas de condições financeiras, a violência, o estresse, entre outros. que acometem os indivíduos.

Nesse sentido, a nosso ver, entender o do sistema do capital e buscar enxergar de forma ampla e por diversos ângulos o problema da depressão e do suicídio dentro do capitalismo pode levar a descoberta de novas táticas de enfrentamento e prevenção deste problema social, além de nos permitir pensar em um sistema que priorize a saúde mental já que depende dela todo bom funcionamento e desempenho de âmbito da vida humana.

Dito isto, esse trabalho tem como objetivo promover a reflexão sobre os nexos casuais entre o capitalismo, a depressão, o suicídio e a interferência negativa das relações do sistema do capital em nossa mente/intelecto.

Para melhor compreendermos a temática é necessário apontar as engrenagens das relações impostas pelo sistema capitalista na vida em sociedade, mapear em linhas gerais os danos causados pelas relações sociais e de produção do capital no indivíduo, no âmbito particular e social, identificar consequências predominantes e apreender a relação entre as causas da depressão e do suicídio e a lógica de produção e reprodução do sistema do capital .

Para isso, desenvolvemos uma pesquisa exploratória com base em fontes bibliográficas, livros, artigos e trabalhos acadêmicos relacionados à depressão e ao suicídio e o vínculos desses com o sistema econômico atual e a sociedade na qual ele se desenvolve, para entendermos seu modo de funcionamento e seus reflexos na saúde mental dos indivíduos.

Esta monografia está dividida em três partes. A primeira aborda a instauração, a lógica e a expansão capitalista, pois se faz necessário conhecer o início deste sistema de produção para melhor compreendermos suas engrenagens, suas mudanças ao longo do tempo etc. Assim, no decorrer da primeira sessão especificamos alguns mecanismos básicos do modo de produção capitalista, as crises do sistema e as consequências delas para a sociedade e para o indivíduo.

Na segunda parte da pesquisa, abordamos as múltiplas causas da depressão, e do suicídio ligados ao trabalho e as suas condições na sociedade do capital com base em autores contemporâneos como Albuquerque, Meneghel & Moura, Werneck at.al., entre outros. Abordamos ainda aspectos que caracterizam um certo perfil como a idade de maior recorrência, casos na área urbana e no campo, regiões do país com os mais altos índices de suicídio, os sofrimentos e transtornos mentais desencadeados por situações de extremos estresse advindos das relações de trabalho, alienação do trabalho e da identidade do trabalhador.

Na terceira parte da pesquisa abordamos a depressão, o suicídio e a sociedade capitalista pelas diferentes abordagens filosóficas e diferentes linhas teóricas de Marx e Durkheim, explicamos a ótica de cada um dos autores suas divergências sobre o tema e as semelhanças e colaborações entre eles.

2.INSTAURAÇÃO E LÓGICA CAPITALISTA

O modo de produção capitalista é complexo. Para melhor compreendê-lo é necessário que façamos uma breve retrospectiva, baseada na crítica da economia política, de seu surgimento, instauração, lógica e expansão.

Segundo Netto e Braz (2006), no livro *Economia Política: da origem à crítica marxiana*, o modo de produção capitalista surge nas entranhas do Antigo Regime que por sua vez colapsava, enfrentando a crise e a luta de classes protagonizada na ocasião pela burguesia em ascensão *versus* a nobreza feudal em declínio.

Além do colapso e da crise do Antigo Regime, a luta de classes desencadeou o que alguns teóricos chamam de Revoluções Burguesas¹, que sob a promessa de liberdade e igualdade para todos conseguiu agregar no âmbito dessa luta outras classes sociais menos abastadas como o proletariado.

Diz Netto e Braz (2006):

[...] sabe-se que o liberalismo clássico constituiu uma arma ideológica da luta da burguesia contra o Estado absolutista e contra as instituições do Antigo Regime. [...] condensou os interesses da burguesia revolucionária, que se confrontava com os beneficiários da feudalidade (a nobreza fundiária e a Igreja). [...]suas realizações intelectuais inserem-se no quadro maior da *Ilustração* que, como é notório, configura um importante capítulo no processo pelo qual a burguesia avança para a construção do seu domínio de classe, que assinalou, em face da feudalidade, um gigantesco progresso histórico. A cultura ilustrada condensa um projeto de emancipação humana que foi conduzido pela burguesia revolucionária, resumido na célebre consigna *liberdade, igualdade e fraternidade*. Portanto, a Revolução Burguesa, realizada, não conduziu ao prometido *reino da liberdade*: conduziu a uma ordem social sem dúvida muito mais livre que anterior, mas que continha limites insuperáveis à emancipação da humanidade. (NETTO & BRAZ, 2006, p. 18, 19, 20).

A burguesia acaba por vencer a luta contra o Estado absolutista e contra as instituições do Antigo Regime. Com isso, instaura o modo de produção capitalista e se estabelece como classe dominante, desvinculando-se gradualmente de toda a

¹ “**Revoluções Burguesas** são revoltas protagonizadas pela classe burguesa. As aspirações econômicas e sociais da burguesia, em detrimento do absolutismo foram responsáveis por essas revoluções. A burguesia almejava o capitalismo e, embora fosse economicamente a classe dominante, era subordinada política e juridicamente à monarquia e à igreja. Tendo acontecido em várias localidades e em períodos distintos, destacam-se, todavia, a Revolução Puritana e Revolução Gloriosa, ambas na Inglaterra, no século XVII, bem como a Revolução Francesa, na França, no século XVIII.”

teoria construída que tinha como base o ideal emancipatório da humanidade e das classes menos abastadas que contribuíram com a sua luta.

Os integrantes das classes menos abastadas, por sua vez, sentiram-se traídos, pois pouco ou quase nada do que tivera sido prometido foi realmente cumprido. O ideal emancipatório da humanidade resultou na emancipação política², isto é, na igualdade de todos perante as leis.

Como forma de reação ao domínio burguês, o núcleo duro daquelas classes menos abastadas que apoiaram a burguesia, a classe proletária, vincula-se a partir de então à teoria emancipatória deixada de lado pela burguesia e protagoniza no novo modo de produção um conflito de natureza diferente: a luta entre proletariado versus burguesia.

O movimento das classes sociais, naqueles anos - entre as décadas de vinte e quarenta do século XIX -, mostra inequivocamente que estava montando um novo cenário de confrontos: [...] dois protagonistas começam a se enfrentar diretamente, a burguesia conservadora e o proletariado revolucionário. [...] a burguesia abandona os principais valores da cultura ilustrada e ingressa no ciclo da sua *decadência ideológica*, [...] a herança ilustrada passa às mãos do proletariado, que se situa, então, como sujeito revolucionário. (NETTO & BRAZ, 2006, p. 20).

No sistema instaurado pela burguesia um novo Estado é criado por ela e para ela. Com a posse do Estado, a burguesia com a sua as forças e órgãos vão buscar manter a massa do povo dentro das regras do sistema burguês.

A produção de mercadorias e de bens é a base econômica do novo sistema. Partindo do ponto de vista de Netto e Braz (2006), no capitalismo, toda produção de bens, isto é, de riqueza, se realiza por meio do processo de trabalho que é composto pelos meios de produção e pela força de trabalho. No capitalismo, a única coisa de que o trabalhador dispõe é da sua força de trabalho, e ele se vê obrigado a vendê-la para poder obter os seus meios de vida. Ao comprar a força de trabalho do trabalhador o capitalista passa a dispor da possibilidade de seu usufruto. Nesse sentido, meios de produção e força de trabalho tornam-se posse da burguesia.

² A emancipação política do judeu, do cristão, do homem religioso de modo geral consiste na emancipação do Estado em relação ao judaísmo, ao cristianismo, à religião como tal. Na sua forma de Estado, no modo apropriado à sua essência, o Estado se emancipa da religião, emancipando-se da religião do Estado, isto é, quando o Estado como Estado não professa nenhuma religião, mas, ao contrário, professa-se Estado. A emancipação política em relação à religião não é a emancipação já efetuada, isenta de contradições, em relação à religião, porque a emancipação política ainda não constitui o modo já efetuada, isento de contradições, da emancipação humana. (*A Questão Judaica*, Marx, 2010, p.38).

Enterrado o *Antigo Regime*, abre-se o século XIX com o Estado criado pela burguesia triunfante, o *Estado burguês*. Colocando a seu serviço aqueles "órgãos onipotentes" de que falava Marx (o exército, a polícia, a burocracia), a nova classe dominante articulou a superestrutura necessária para o desenvolvimento das novas forças produtivas [...] criam-se as melhores condições para concretização histórica [...] do *modo de produção capitalista*, gestado no ventre do feudalismo e no interior do qual a produção generalizada de *mercadorias* ocupa o centro da vida econômica. (NETTO & BRAZ, 2006, p. 75).

Para além da base econômica – produção de mercadoria – o modo de produção capitalista apresenta algumas particularidades como: o capitalista/burguês como detentor dos meios de produção, contratante da força de trabalho, o salário, a mais-valia etc. Todas essas particularidades podem também ser definidas como engrenagens do atual sistema que se acoplam e funcionam da seguinte forma:

A produção mercantil capitalista se peculiariza, pois, porque põe em cena dois sujeitos historicamente determinados: o capitalista (ou burguês), que dispõe de dinheiro e meios de produção (que, então, tomam a forma de *capital*), e aquele que pode tornar-se o produtor direto porque está livre para vender, como mercadoria, a sua força de trabalho - o proletário (ou operário). [...] o proletariado (o operariado, a classe constituída pelos produtores diretos) dispõe apenas de sua capacidade de trabalho e, logo, está simultaneamente livre para/compelido a vendê-la como se vende qualquer mercadoria; [...] a produção mercantil capitalista [...] assenta na *exploração da força de trabalho*, que o capitalista compra mediante o *salário*. Os ganhos (lucros) do capitalista [...] não provêm da circulação: sua origem está na *exploração do trabalho* - reside no interior do processo de produção de mercadorias, que é controlado pelo capitalista. (NETTO & BRAZ, 2006, p. 83,85).

Como frisado na citação acima, o modo de produção capitalista se assenta na exploração da força de trabalho e é através dela que se concretiza seu objetivo final: o lucro. Assim sendo, é sobre o usufruto da força de trabalho como mercadoria que agora iremos nos debruçar.

2.1 Força de trabalho e mais-valia

Como qualquer outra mercadoria, a força de trabalho tem seu valor. Em *O Capital*, Marx explica como é composto o valor da força de trabalho – valor esse que corresponde ao salário pago pelo capitalista e que é necessário para sua produção e reprodução social:

O valor da força de trabalho, como o de todas as outras mercadorias, é determinado pelo tempo de trabalho necessário para a produção – e, conseqüentemente, também para a reprodução – desse artigo específico. Para sua manutenção, o indivíduo vivo necessita de certa quantidade de meios de subsistência. A quantidade dos meios de subsistência tem, portanto, de ser suficiente para manter o indivíduo trabalhador como tal em sua condição normal de vida. As próprias necessidades naturais, como alimentação, vestimenta, aquecimento, habitação etc.,[...] A quantidade dos meios de subsistência necessários à produção da força de trabalho inclui, portanto, os meios de subsistência dos substitutos dos trabalhadores, isto é, de seus filhos, de modo que essa peculiar raça de possuidores de mercadorias possa se perpetuar no mercado. O capitalista paga, por exemplo, o valor da força de trabalho por um dia. Portanto, sua utilização, como a de qualquer outra mercadoria – por exemplo, um cavalo – que ele aluga por um dia, pertence-lhe por esse dia. Ao comprador da mercadoria pertence o uso da mercadoria, e o possuidor da força de trabalho, ao ceder seu trabalho, cede, na verdade, apenas o valor de uso por ele vendido. A partir do momento em que ele entra na oficina do capitalista, o valor de uso de sua força de trabalho, portanto, seu uso, o trabalho, pertence ao capitalista. (MARX, 2011, p. 336,337).

E é exatamente na venda da força de trabalho que o trabalhador é alienado, já que em geral ele não compreende que uma das particularidades da mercadoria força de trabalho é que ela produz um valor muito maior do que aquele pela qual foi contratada – salário.

O valor produzido pela força de trabalho, para além do salário, é denominado mais-valia³. Quanto maior a exploração da força de trabalho por meio da intensificação da jornada de trabalho – aumento do tempo-ritmo e divisão excessiva do trabalho, inserção de máquinas etc. – maior a mais-valia:

[...] o capitalista não procede nenhum roubo ou furto ao contratar o trabalhador para uma jornada de oito horas - paga-lhes, mediante o salário, a força de trabalho (isto é, o valor da soma dos valores necessários à produção/reprodução do trabalhador). Entretanto, durante a jornada, a força de trabalho produz mais valor que o valor requerido para tal reprodução; é desse valor excedente (a mais-valia) que o capitalista se apropria sem nenhuma despesa ou custo. (NETTO & BRAZ, 2006, p. 106).

Embora seja produzida pelos operários durante a execução do processo de trabalho no interior da fábrica, a mais-valia pertence ao próprio capitalista. Contudo,

³ “A extensão da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador teria produzido apenas um equivalente do valor de sua força de trabalho, acompanhada da apropriação desse mais-trabalho pelo capital – nisso consiste a produção do mais-valor absoluto. Ela forma a base geral do sistema capitalista e o ponto de partida da produção do mais-valor relativo. Nesta última, a jornada de trabalho está desde o início dividida em duas partes: trabalho necessário e mais-trabalho. Para prolongar o mais-trabalho, o trabalho necessário é reduzido por meio de métodos que permitem produzir em menos tempo o equivalente do salário. A produção do mais-valor absoluto gira apenas em torno da duração da jornada de trabalho; a produção do mais-valor relativo revoluciona inteiramente os processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais.” (*O Capital*, Marx, 2011, p. 707).

ela é repartida entre outros sujeitos sociais, já que o capitalista realiza empréstimos aos bancos e precisa de um distribuidor para a realização da venda das mercadorias. O desfecho mais comum da mais-valia é o seguinte:

- a) uma parte é apropriada pelo capitalista que implementou o processo produtivo; trata-se do chamado *lucro industrial*;
- b) outra parte é aquela que o capitalista industrial cederá aos que eventualmente lhe emprestaram dinheiro; trata-se do *juro*, donde os banqueiros extraem seus lucros;
- c) uma terceira parte será cedida aos comerciantes, constituindo a base do *lucro comercial*. (NETTO & BRAZ, 2006, p.119)

O sistema do capital e sua lei geral impõem algumas regulações ao capitalista. Uma dessas imposições é que parte da mais-valia apropriada gere um novo capital, estamos falando agora da reprodução ampliada do capital que viabiliza a acumulação de capital que é o principal objetivo do modo de produção capitalista.

Essa *conversão de mais-valia em capital* caracteriza a reprodução ampliada que realiza a **acumulação de capital**, diz Marx que a “aplicação de mais-valia como capital ou retransformação de mais-valia em capital chama-se acumulação de capital” (Marx, 1984, I, 2:163). A acumulação é vital para o MPC: *não existe capitalismo sem acumulação de capital*. (NETTO & BRAZ, 2006, p.126)

Com o tempo, a acumulação capitalista gera, entre outros impactos, a diminuição da concorrência entre as indústrias por meio da centralização do capital, o aumento da tecnologia, a inserção das máquinas cada vez mais modernas no processo de produção para obter redução de custos por meio da concentração de capital etc. A consequência disso é, em termos gerais, a pauperização absoluta e relativa, o aumento do exército industrial de reserva.

Ao lado da concentração de capital, a dinâmica da acumulação capitalista revela outra tendência do movimento do capital, o processo de *centralização*. Operando conjuntamente, concentração e centralização promovem o surgimento dos monopólios. Os dois processos ocorrem tanto no âmbito da produção industrial quanto nos setores bancário e comercial. Consequência importante da concentração e da centralização do capital é a mudança que acarretam na concorrência própria ao MPC: à medida que ambas avançam, a concorrência tradicional[...] é substituída pela concorrência entre um número bem mais reduzido de grandes e poderosas empresas.

A acumulação de capital também impacta fortemente a classe operária. [...]a principal consequência para os trabalhadores é a constituição do que Engels, inspirado pelos cartistas ingleses, designou como **exército industrial de reserva**[...] (NETTO & BRAZ, 2006, p.130,131,132).

O exército industrial de reserva é definido por Marx em *O capital* como “uma produção constante da acumulação do capital de uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua” (Marx, 2011, p. 857).

É o exército industrial de reserva que torna possível a pressão pelo menor valor dos salários por parte do capitalista e disponibiliza uma enorme força de trabalho ao capitalista. Força de trabalho esta que pode ser solicitada a qualquer momento, para qualquer trabalho.

Netto e Braz apud Marx afirmam que existem três principais variações e uma base dentro dessa população trabalhadora excedente:

a *flutuante*, constituída pelos trabalhadores que, nos grandes centros industriais e mineiros, ora estão empregados, ora estão desempregados; a *latente*, que existe nas áreas rurais quando nelas se desenvolvem relações capitalistas e que, surgindo a oportunidade, acaba por migrar para as zonas industriais; e a superpopulação relativa *estagnada*, formada por trabalhadores que jamais conseguem um emprego fixo e perambulam entre uma ocupação e outra. Na base desse contingente, e descontado o *lumpemproletariado* (a parcela degradada do proletariado: vagabundos, criminosos, prostitutas, rufiões), estão os que vegetam na miséria e no pauperismo, trabalhadores aptos mas que há muito não encontram emprego, órfãos, filhos de indigentes, mutilados, viúvas, enfermos etc. (NETTO & BRAZ apud Marx, 2006, p.134).

E o que acontece se, de alguma forma ou por algum motivo, esse processo de acumulação que tem início na exploração da força de trabalho for abalado ou interrompido? Todo esse processo de acumulação e suas contradições – “o barateamento do capital constante, a elevação da intensidade da exploração, a depressão dos salários abaixo do seu valor, o exército industrial de reserva, etc.” Netto & Braz (2006) –, foi acompanhado ao longo da história por diversas crises. Os autores afirmam que “quando sua continuidade é perturbada ou interrompida, [...] sobrevêm as crises.” É exatamente sobre as crises, as contradições presentes no sistema que às geram e seus impactos que iremos falar no próximo tópico.

2.2 Crises capitalistas e suas consequências

Netto e Braz (2006), afirmam que as crises são inerentes ao modo de produção capitalista, uma prova disso é o histórico de crises que se apresentam no decorrer da vigência do modo de produção capitalista.

Em setembro de 2018, o jornal *Gazeta do Povo* publicou em seu site uma matéria⁴ que aponta as 5 grandes crises econômicas que abalaram o mundo, são elas : 1929 – A Grande Depressão; 1980 - A crise da dívida dos países da América Latina; 1985 - A bolha imobiliária e das ações no Japão; 1994 – A crise dos mercados emergentes; 2008 – A crise mundial do subprime.

Segundo o *Gazeta do Povo* “Há dez anos, a falência do banco americano Lehman Brothers detonava a mais grave crise financeira em 80 anos e que teve abrangência global: os reflexos são sentidos até hoje.”

Em pouco mais de um século, como se constata, a dinâmica capitalista revelou-se profundamente *instável*, com períodos de expansão e crescimento da produção sendo bruscamente coartados por depressões, caracterizadas por falências, quebradeiras e, no que toca ao trabalhadores desemprego e miséria. (NETTO & BRAZ, 2006, p.156).

Apesar de ser inerente ao modo de produção capitalista, também existiam períodos de crise em outros modos de produção. A diferença entre as crises que antecederam o modo de produção capitalista é que as mesmas aconteciam sobretudo por conta do baixo desenvolvimento das forças produtivas. Já as crises do modo de produção capitalista têm como causa a elevadíssima produção que decorre do alto grau de desenvolvimento das forças produtivas.

Se na crise pré-capitalista, é a diminuição da força de trabalho (uma epidemia ceifando vidas de trabalhadores) que ocasiona a redução da produção, na crise capitalista ocorre exatamente o contrário: é a redução da produção que ocasiona a diminuição da força de trabalho utilizada (isto é, o desemprego) – o que numa é causa, noutra é efeito. (NETTO & BRAZ, 2006, p.158).

⁴ “Há dez anos, a falência do banco americano Lehman Brothers detonava a mais grave crise financeira em 80 anos e que teve abrangência global: os reflexos são sentidos até hoje.”

Outro fator que pode desencadear crises é a tendência a queda da taxa de lucro que caso aconteça de forma integra acabaria colocando o MPC em estado de colapso. A tendência a queda da taxa de lucro como desencadeadora de crises é definida por Netto e Braz da seguinte forma:

“[...]na medida em que cada capitalista procura maximizar seus lucros, a taxa de lucro tende a cair. O significado crucial desse fenômeno é que ele demonstra que a produção capitalista, no seu próprio desenvolvimento, engendra *barreiras* e *obstáculos* à sua expansão.” (NETTO & BRAZ, 2006, p.153)

Netto e Braz afirmam que os pequenos e médios capitalistas também sofrem os impactos das crises, um deles são as falências declaradas por pequenas e médias empresas que são compradas por empresas de grande porte⁵.

são penalizados segmentos do capital, especialmente os pequenos e médios capitalistas, os primeiros (entre os membros da classe exploradora) onerados pela crise: as falências e quebras ocorrem basicamente entre eles;[...] Por outro parte, uns poucos representantes do capital tiram vantagens da crise, que também tem por efeito favorecer os mecanismos de concentração e centralização[...] (NETTO & BRAZ, 2006, p.163).

Mészáros (2011), em *A crise estrutural do capital* analisa a crise do sistema capitalista de 1960/1970 até 2008 e defende a ideia de que durante o período analisado estaríamos adentrando a vivência de uma crise destinada a piorar consideravelmente.

A imensa expansão especulativa do aventureirismo financeiro – sobretudo nas últimas três ou quatro décadas – é naturalmente inseparável do *aprofundamento da crise dos ramos produtivos da indústria*, assim como das resultantes perturbações que surgem com a absolutamente letárgica acumulação de capital (na verdade, acumulação fracassada) no campo produtivo da atividade econômica. Agora, inevitavelmente, também no domínio da produção industrial a crise está ficando muito pior. (MÉSZÁROS, 2011, p. 25).

⁵ Recentemente tivemos um exemplo aqui na cidade de Maceió. No período pandêmico, o supermercado Makro acabou por fechar as portas, foi comprado por uma rede de vendas em atacado e reabriu as portas como Atacadão, o que acabou por diminuir a opção de concorrência na região. WEB, Gazeta. **Makro de Maceió é vendido para Carrefour e deve funcionar com bandeira Atacadão**. Disponível em: <<https://www.gazetaweb.com/noticias/economia/makro-de-maceio-e-vendido-para-carrefour-e-deve-funcionar-com-bandeira-atacadao/>>. Acesso em: 30 jan. 2023.

E o que os capitalistas fazem para tentar se reerguer das crises? Segundo Netto & Braz, o modo de produção capitalista se alicerça em três bases para tentar voltar a respirar tranquilamente após um período de crise:

[...] o crescimento permanece reduzido e as crises se amiudaram; entretanto, *as taxas de lucro foram restauradas* – portanto, unicamente sob esse aspecto crucial, não restam dúvidas de que as respostas do capital foram exitosas. Tais respostas configuram a *restauração do capital*,[...] tais respostas como uma estratégia articulada sobre um tripé: a *reestruturação produtiva*, a *financeirização* e a *ideologia neoliberal*. (NETTO & BRAZ, 2006, p.214).

É sobre os artifícios, as estratégias e as respostas do modo de produção capitalista para se recuperar das crises e sobre os resultados delas que iremos nos debruçar a seguir.

2.3 Da reestruturação produtiva à ideologia neoliberal

Os “anos dourados” foi um período no qual se vendida a ideia de um sistema produtivo sem contradições políticas e econômicas, de um sistema social democrático e cheio de possibilidades de melhoria das condições de vida para todos. Apesar dessa ideia ser bastante criticada, diversos países de níveis de desenvolvimento econômico distintos colocavam em prática essa idealização.

Nos países capitalistas centrais, apesar das enormes desigualdades sociais, prometia-se aos trabalhadores a “sociedade afluenta” – ademais da proteção social assegurada pelo *Welfare State*, apontava-se para a possibilidade de um consumo de massa, cujo símbolo maior era automóvel; nos países periféricos, projetos industrializantes apareciam como a via para superar o subdesenvolvimento. Nos centros, chegou-se a apregoar a “integração da classe operária”; nas periferias, o “desenvolvimentismo” era a receita para curar os males do atraso econômico social. (NETTO & BRAZ, 2006, p.212).

O que de fato aconteceu durante os “anos dourados” foi uma onda longa expansiva, período no qual até existiam crises, mas eram estas bem leves e passavam rapidamente, enquanto o sucesso econômico e os lucros foram longos e duradouros.

Nesse período,

As crises não foram suprimidas, mas seus impactos viram-se reduzidos (em vez das depressões, *recessões*) e as retomadas foram rápidas e intensas; pode-se dizer que as crises constituíram uma série de pequenos *episódios* num arco em que o crescimento econômico mostrou-se *dominante*. Os “anos dourados” expressam exatamente esta *onda longa de expansão econômica* (que não foi a primeira a registrar-se na história do capitalismo), durante a qual o crescimento econômico e taxas de lucro mantiveram-se ascendentes entre o fim da Segunda Guerra Mundial e a segunda metade dos anos sessenta. (NETTO & BRAZ, 2006, p.213).

Mas os anos dourados terminaram. Tal processo teve início com o esgotamento da onda longa expansiva, passou pelo declínio da taxa de lucro, pela redução do crescimento econômico e chegou no colapso do ordenamento financeiro mundial. No âmbito social, nesse mesmo momento, o peso do movimento sindical aumentou significativamente, além dos movimentos de categorias específicas como o feminismo, revolta estudantil e a mobilização dos negros.

Contavam-se ainda vetores sociopolíticos de importância, dos quais a pressão organizada dos trabalhadores era o mais decisivo: ao longo dos anos sessenta e na abertura dos setenta, o peso do movimento sindical aumentou significativamente nos países centrais, demandando não somente melhorias salariais, mas ainda contestando a organização da produção nos moldes taylorista-fordista[...] Além disso, modificações culturais que tinham raízes nos anos imediatamente anteriores – sinalizadas pela *contracultura*, pela *revolução nos costumes* etc. – lançaram outros sujeitos na cena política, com movimentos de categorias sociais específicas, impropriamente designadas como “minorias”, os quais existiam componentes anticapitalistas (nos anos sessenta, a *revolta estudantil* foi notável, assim como a mobilização dos negros norte-americanos em defesa de direitos civis; torna-se mais visível, também, o *movimento feminista*). (NETTO & BRAZ, 2006, p.213,214).

Com as taxas de lucro cada vez mais baixas e a prosperidade, que antes era realidade na maior parte do tempo, dando lugar ao aprofundamento da crise foi necessário procurar respostas para recuperar o sistema que foi vendido outrora, segundo Netto e Braz, como “o fim da história”: [...] o reino do mercado e da democracia representativa, [...] um patamar a partir do qual nenhuma transformação estrutural seria pensável ou desejável (Netto e Braz, 2006, p.212).

As respostas para tamanha crise obtiveram êxito, porém a onda longa recessiva decorrente desse período – nome pelo qual a economia designou a situação do sistema após os “anos dourados” – ainda existe e se prolonga até hoje.

A *onda longa expansiva* é substituída por uma *onda longa recessiva*: a partir daí até os dias atuais, inverte-se o diagrama da dinâmica capitalista: agora, as crises voltam a ser dominantes, tornando-se episódicas as retomadas. Tais respostas configuram a *restauração do capital*, conforme a feliz

expressão de Braga(1996). É possível, na nossa avaliação, sintetizar tais respostas como uma estratégia articulada em sobre um tripé: a *reestruturação produtiva*, a *financeirização* e a *ideologia neoliberal*. (NETTO & BRAZ, 2006, p.214).

Netto e Braz (2006) afirmam que as respostas políticas, sociais e econômicas para restaurar o modo de produção capitalista são baseadas na tríade reestruturação produtiva, financeirização e ideologia neoliberal, e é sobre cada uma delas e suas consequências que iremos nos debruçar a seguir, já que apesar do passar dos anos essas bases permanecem ativas.

A primeira delas é a reestruturação produtiva que, segundo Netto e Braz (2006), tem como pontapé inicial o ataque aos movimentos trabalhistas e seus sindicatos, alegando que é culpa de ambos os gatos excessivos do governo/sistema.

O segundo passo foi a troca da acumulação rígida pela acumulação flexível, em que são apresentadas flexibilizações nos contratos e modos de trabalho, além de flexibilizar também a forma e o padrão de consumo e a inserção de tecnologias avançadas no processo de produção do modo de produção capitalista.

[...] implementa uma *estratégia política global* para revertera conjuntura que lhe é francamente negativa. O primeiro passo é o ataque ao movimento sindical [...]com o capital atribuindo às conquistas do movimento sindical a responsabilidade pelos gastos públicos com as garantias sociais e a queda das taxas de lucro às suas demandas salariais. [...] por meio de medidas legais restritivas, que reduzem o poder de intervenção do movimento sindical. De uma parte, a produção “rígida” (taylorista-fordista) é substituída por um tipo diferenciado de produção, que da forma anterior mantém a característica de se realizar em grande escala; todavia, ela destina-se a mercados específicos e procura romper com a estandardização, buscando atender variabilidades culturais e regionais e voltando-se para as peculiaridades de consumo. De outra, o capital lança-se a um movimento de desconcentração industrial: promove a *desterritorialização da produção* – unidades produtivas (completa ou desmembradas) são deslocadas para novos espaços territoriais (especialmente áreas subdesenvolvidas e periféricas), onde a exploração da força de trabalho pode ser mais intensa (seja pelo seu baixo preço, seja pela ausência de legislação protetora do trabalho e de tradições de luta sindical).Essencial À reestruturação produtiva é *uma intensiva incorporação à produção de tecnologias resultantes de avanços técnicos-científicos*, determinando um desenvolvimento das forças produtivas[...] Muito especialmente, a introdução da microeletrônica e dos recursos informáticos e robóticos nos circuitos produtivos vem alterando os processos de trabalho[...]O impacto desse desenvolvimento das forças produtivas é de tal ordem que alguns pesquisadores chegam ao ponto de mencionar uma “terceira revolução industrial” ou, ainda, uma “revolução informacional” – de fato, *a base produtiva vem se deslocando rapidamente dos suportes eletromecânicos para os eletroeletrônicos*. (NETTO & BRAZ, 2006, p.215).

As principais consequências da reestruturação produtiva apontadas por Netto e Braz são a desigualdade presente no modo de produção capitalista: a redução da procura por trabalho vivo, o prejuízo causado aos trabalhadores que trabalham diretamente na produção, o crescimento de um coletivo de trabalhadores para a produção, maiores exigências de qualificação e requisitos para os trabalhadores desde os pequenos aos maiores cargos.

Tal desterritorialização acentua ainda mais o caráter desigual e combinado da dinâmica capitalista. Três têm sido as implicações imediatas desse deslocamento. A primeira diz respeito[...] *uma expansão das fronteiras do trabalhador coletivo*, dado que se tornam cada vez mais amplas e complexas as operações e atividades intelectuais requeridas para a produção material. A segunda implicação refere-se às exigências que são postas à força de trabalho diretamente envolvida na produção – dos trabalhadores aí inseridos se requer uma qualificação mais alta e, ao mesmo tempo, a capacidade para participar de atividade múltiplas, ou seja, essa força de trabalho deve ser *qualificada* e *polivalente*. A terceira relaciona-se à gestão dessa força de trabalho:[...] a organização taylorista-fordista é reciclada – o controle da força de trabalho pelo capital recorre a formas diversas daquelas do despotismo fabril, apelando à “participação” e ao “envolvimento” dos trabalhadores, valorizando a “comunicação” e a redução das hierarquias mediante a utilização de “equipes de trabalho”; é nesse quadro que o *toyotismo* ganha relevo nas relações de trabalho, inclusive com o forte estímulo ao “sindicalismo de empresa” (ou “de resultados”).

Além dos citados anteriormente, constam também como consequências da reestruturação a destruição da consciência de classe através do que os autores denominam como despotismo fabril – influenciam os trabalhadores a enxergarem a empresa onde trabalham como sua também, e assim sendo o sucesso de um é o sucesso de outro –, desqualificação de atividades e insegurança dos trabalhadores por conta da demissão que pode vir a qualquer hora, a terceirização e o controle da produção pelos monopólios que acabam por manejar ou manipular para além da economia, a cultura, a política, a sociedade e a tecnologia.

O capital empenha-se em quebrar a consciência de classe dos trabalhadores: utiliza-se o discurso de que a empresa é a sua “casa” e que eles devem vincular o seu êxito da empresa; não por acaso, os capitalistas já não se referem a eles como “operários” ou “empregados” – agora, são “colaboradores”, “cooperadores”, “associados” etc.[...] os grupos monopolistas tratam de *externalizar* custos, mantendo o *controle* do conjunto da produção, mas repassando a outras empresas (*terceirização*) a efetivação dela, de modo a constituir uma espécie de constelação, na qual gravitam em torno do monopólio, qual satélites dependentes, inúmeros negócios de menor porte.[...] a desterritorialização já mencionada permite o controle do conjunto da produção por um monopólio que, ele mesmo, nada

produz[...]os monopólios envolvidos na estratégia política global[...]se configuram como *corporações estratégicas*: eles passam a assumir “funções de direção geral (sociopolíticas, tecnoculturais) que vão além do horizonte econômico da produção e do âmbito financeiro. (NETTO & BRAZ, 2006, p.216,217,218).

Segundo Netto e Braz, o capital e os monopólios que o comandam, acabam por tomar para si o controle de diversas áreas, como as dissertadas nos parágrafos anteriores e na citação. A área que, segundo os autores, mais foi tomada pelos monopólios foi a área das atividades financeiras, por conta da segunda base de tripé de respostas do modo de produção capitalista em rumo a sua restauração e financeirização.

A financeirização possibilita que o capital e os monopólios controlados por ele implantem nos serviços e na vida em sociedade a mesma lógica da indústria, de modo que, além disso, aumenta a concentração e a centralização econômica o que dá cada vez mais poder para os monopólios.

[...] a hipertrofia mais impactante foi a que ocorreu no âmbito das atividades financeiras, em razão do que adiante trataremos – o movimento de *financeirização*. Tirante os serviços, porém, nos *novos* domínios em que ingressa é que a expansão do capital tem o seu alcance mais extraordinário. É nesses domínios que o comando do capital se afirma impetuosamente, sempre com a direção monopolista assegurando-lhe não só ganhos extraordinários [...],mas sobre tudo o *controle estratégico* de novos recursos necessários à produção de ponta. *Esse controle estratégico é garantido, em primeiro lugar, pelo assombroso grau de concentração e centralização a que chegou a economia mundial*¹¹ – sem prejuízo, simultaneamente, da continuidade da concorrência intercapitalista e do aparecimento de novas formas de associação. Em segundo lugar, e em consequência dessa concentração e centralização, os grupos monopolistas (ancorados em organizações que se tornaram *corporações megaempresariais*) desenvolveram interações novas[...], nas quais a concorrência e a parceria encontram mecanismos de articulação que lhes asseguram *um poder decisório especial*. No topo dessas articulações, figura um restrito círculo de homens (e umas poucas mulheres) que constitui uma *nova oligarquia*, concentradora de um *enorme poder econômico e político*[...]. (NETTO & BRAZ, 2006, p.222,223,224).

De acordo com Netto e Braz (2006) são consequências da financeirização: a concentração política, a antidemocracia do capital, a corrupção política, as decisões tomadas sem a ciência e opinião dos que por essas decisões serão afetados, controle de órgãos internacionais em prol do modo de produção capitalista e a pressão sobre países menos desenvolvidos economicamente.

Sobre tais consequências dizem os autores:

A concentração do poder econômico conduziu está conduzindo a uma enorme concentração de poder político. Aqui, claramente, revela-se o caráter antidemocrático do capitalismo e, em especial, do capitalismo monopolista[...]: ao mesmo tempo em que desqualificam a política, ladeando as instâncias representativas (parlamentos, assembleias legislativas) ou nelas fazendo sentir o peso dos seus *lobbies*, essas “elites orgânicas” do grande capital – empresários, executivos, analistas, cientistas engenheiros – realizam a **sua** política, tomando decisões estratégicas que afetam a vida de bilhões de seres humanos, sem qualquer conhecimento ou participação destes. E não é preciso dizer da característica corrupta dessa política.¹² A política conduzida por essas “elites orgânicas”,[...] passou a operar-se também através de instituições, agências e entidades de caráter supranacional – como o *Fundo Monetário Internacional*, o *Banco Mundial* e organismos vinculados à *Organização das Nações Unidas*. Assim, além dos seus dispositivos próprios, o grande capital vem instrumentalizando diretamente a ação desses órgãos para implementar as estratégias que lhes são adequadas. O poder de pressão dessas instituições sobre os Estados capitalistas mais débeis é enorme e lhes permite impor desde a orientação macroeconômica, frequentemente direcionada aos chamados “ajustes estruturais”, até providências e medidas de menor abrangência. (NETTO & BRAZ, 2006, p.224,225).

A terceira e última base é a ideologia neoliberal, que aparece, segundo Netto e Braz, como um meio utilizado pelo modo de produção capitalista para se livrar de todas as barreiras sociais e política impostas a ele.

É por meio da ideologia neoliberal que são propagadas e divulgadas ideias como a “reforma” do Estado para não mais lidar com gastos sociais, a privatização e a globalização.

[...]neoliberalismo – a disseminação das teses, profundamente conservadoras[...] O que se pode denominar *ideologia neoliberal* compreende uma concepção de homem (considerado atomisticamente como possessivo, competitivo e calculista), uma concepção de sociedade (tomada como um agregado fortuito, meio de o indivíduo realizar seus propósitos privados) fundada na ideia da *natural e necessária desigualdade* entre os homens e uma noção rasteira de liberdade (vista como função da liberdade de *mercado*). Seu primeiro alvo foi constituído pela intervenção do Estado na economia: o Estado foi demonizado pelos neoliberais e apresentado como um trambolho anacrônico que deveria ser reformado[...] É claro, portanto, que o objetivo real do capital monopolista não é a “diminuição” do Estado, mas a diminuição das funções estatais *coesivas*, precisamente aquelas que respondem à satisfação de direitos sociais. Na verdade, ao proclamar a necessidade de um “Estado mínimo”, o que pretendem os monopólios e seus representantes nada mais é que um **Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital**.[...] à intervenção do Estado na economia: o grande capital impôs “reformas” que retiraram do controle estatal empresas e serviços – tratava-se do **processo de privatização**, mediante o qual o Estado entregou ao grande capital, para exploração privada e lucrativa, complexos industriais inteiros (siderúrgica, indústria naval e automotiva, petroquímica) e serviços de primeira importância (distribuição de energia, transportes, telecomunicações, saneamento básico, bancos e seguros). [...] caracterizando o seu

movimento contemporâneo como *globalização*, o grande capital quer impor uma *desregulamentação universal*[...] O objetivo declarado dos monopólios é garantir uma plena liberdade em escala mundial, para que os fluxos de mercadorias e capitais não sejam limitados por quaisquer dispositivos. (NETTO & BRAZ, 2006, p.227,228).

Apresentam-se como consequências da ideologia neoliberal a retirada de direitos conquistados pelos trabalhadores, a redução de garantias sociais e a desnacionalização da economia.

[...]pela primeira vez na história do capitalismo, a palavra *reforma* perdeu o seu sentido tradicional de conjunto de mudanças para ampliar direitos; a partir dos anos oitenta do século XX, sob o rótulo de *reforma(s)* o que vem sendo conduzido pelo grande capital é um gigantesco **processo de contra-reforma(s)**, destinado à supressão ou redução de direitos e garantias sociais. O ataque do grande capital às dimensões democráticas da intervenção do Estado começou tendo por alvo a regulamentação das relações de trabalho (a “flexibilização” comentada no item precedente) e avançou no sentido de reduzir, mutilar e privatizar os sistemas de seguridade social. Essa monumental transferência de riqueza social, construída com recursos gerados pela massa da população, para o controle de grupos monopolistas operou-se nos países centrais, mas especialmente nos países periféricos – onde, em geral, significou uma profunda *desnacionalização* da economia e se realizou em meio a procedimentos profundamente corruptos. (NETTO & BRAZ, 2006, p.227,228).

Como vimos em Mézáros e em Netto e Braz, quem mais sofre com as crises e suas consequências devastadoras do modo de extração do trabalho excedente é o proletariado, que por conta do desemprego acaba relegado à miséria e a tudo o mais que a acompanha como o não acesso a saúde, à educação, à segurança e todos os outros direitos básicos.

Em *Sobre o suicídio*, Peuchet *apud* Marx (2006), aponta que em épocas de crise os números de suicídios, prostituição e latrocínio chegam a ser considerados pandêmicos:

O número anual dos suicídios, [...] na época da paralisação e das crises da indústria, em temporadas de encarecimento dos meios de vida e de invernos rigorosos, esse sintoma é sempre mais evidente e assume um caráter epidêmico. A prostituição e o latrocínio aumentam, então, na mesma proporção. (MARX *apud* Peuchet, 2006, p.24).

No filme *Tempos Modernos* (1936), o personagem da menina nascida no caos se recusa a passar fome, ela, suas duas irmãs mais novas e o pai sofrem por conta do desemprego do mesmo em uma época de crise. Para comer, a menina rouba dos

barcos próximos à residência e alimenta os seus, pouco tempo depois, o pai acaba morto, a lei toma conta das irmãs e ela fica sozinha, e em situação de rua.

Recordando algumas páginas anteriores, no modo de produção capitalista a dinâmica da produção de mercadoria acaba por gerar crises econômicas, mas tal produção é intensificada e incentivada pelo próprio sistema, afinal o modo de produção capitalista tem como objetivo a produção de mercadorias e para aumentá-la se utiliza dos meios os mais diversos e brutais para explorar a força de trabalho e assim alcançar tal objetivo. Alguns desses meios utilizados, vimos, são a intensificação da jornada de trabalho, a divisão excessiva do trabalho, a inserção de máquinas e a programação do tempo dela, o aumento do tempo-ritmo de trabalho, redução do horário de descanso etc. Esses meios podem e acabam por trazer complicações para saúde física e psicológica dos trabalhadores.

Ainda no filme *Tempos Modernos*, Charlie Chaplin (1936) interpreta um trabalhador industrial que tem a função de torcer porcas, torcer porcas repetidas e repetidas vezes. O mesmo passa pelo processo de intensificação da jornada e do tempo-ritmo de trabalho por meio da inserção das máquinas. O personagem de Chaplin não tem um horário de descanso necessário para sua recuperação física e mental e acaba sofrendo uma espécie de colapso, o estresse causado pela repetição da função e a falta de descanso o levaram a tal situação. O personagem começa a torcer tudo que vê pela frente, inclusive seus próprios companheiros de trabalho.

Como acompanhamos até aqui em linhas gerais, o modo de produção capitalista e seu funcionamento é bastante complexo, porém, ainda mais densas, problemáticas e contraditórias são suas necessidades para reprodução/manutenção e as consequências de tal processo que acabam por tonificar e exponenciar as expressões da questão social entre elas as condições precárias de trabalho, o estresse gerado pela exploração da força de trabalho, os baixos salários, o desemprego gerados pelo exército industrial de reserva, a falência e a maior concentração e centralização de capital por conta das crises etc.

O desemprego, as mudanças bruscas de condição financeira, as crises políticas e econômicas, o sofrimento no trabalho, o estresse crônico, entre outros,

são segundo o site do Ministério da Saúde⁶ “fatores que vulnerabilizam, ainda que não possam ser considerados como determinantes e fatores de risco que podem contribuir para o desenvolvimento da depressão e para o suicídio.” É sobre esse aspecto que iremos nos debruçar a seguir.

3. DEPRESSÃO, SUICÍDIO E TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Ao falarmos sobre depressão e suicídio é importante frisarmos que ambos não são sofrimentos psíquicos contemporâneos ou pós-modernos, nem existem única e exclusivamente no modo de produção capitalista, além de que são fenômenos com causa plurais e não singular.

Segundo Gonçalves e Machado (2007), no artigo *Depressão o mal do século: de que século?*, “perturbações há muito chamadas de melancolia são agora definidas como depressão”(p.298). Ainda conforme os autores, no início do século XXI a depressão foi catalogada no CID e no DSM. Considerada como um transtorno mental, a depressão tem um tópico especial no site da Organização Mundial da Saúde em conjunto com a Organização Pan-Americana da Saúde.

De acordo com a OPAS, a depressão é um transtorno comum e sério que pode vir a atrapalhar o dia a dia de quem sofre com a mesma, afeta o ânimo, a disposição e o desempenho das atividades diárias e rotineiras. A depressão pode ser causada por diversos fatores desde os biológicos, relacionados a genética, até os ambientais.

Referente às estatísticas, a OPAS informa que uma em cada quatro pessoas nas Américas sofrem com o transtorno mental ou fazem uso de medicamentos para transtorno mental e ampliando para a ótica mundial, cerca 300 milhões de pessoas sofrem com depressão, e em sua maioria essas pessoas são mulheres. Para além disso, a depressão é apontada pela OMS como principal causa de incapacidade e contribui para carga global de doenças, no pior dos casos pode levar ao suicídio.

⁶ MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Suicídio (prevenção)**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/suicidio-prevencao> . Acesso em 1 mai. 2023.

Por sua vez, o suicídio é registrado desde os primórdios em diversas culturas e épocas da história. Segundo Lopes *apud* Gomes em seu livro *Suicídio: causas, mitos e prevenção* (2007,p.39) , o suicídio teve diversas mudanças de conceito ao longo da história, já foi criminalizado, considerado um crime tão grave que havia punição para o suicida. Essa punição poderia ser a segregação ou exclusão de direitos ou rituais culturais, mas também já foi considerado um ato justificável, descriminalizado, em algumas culturas um ato de bravura e coragem.

Atualmente o suicídio tem um tópico de destaque no site da Organização Mundial da Saúde e segundo sua ficha informativa é um transtorno mental ligado a depressão e a outros transtornos mentais. Podem acontecer impulsivamente em tempos de crise, com a dificuldade de lidar com problemas financeiros, na vivência de preconceitos, abuso, exclusão e tem como fator maior de risco uma tentativa de suicídio anterior. Referente às estatísticas, segundo a OMS, 700.000 pessoas cometem suicídio por ano, de modo que 77% dos suicídios acontecem em países de baixa e média renda. Desde 2019, o suicídio é a quarta causa morte de jovens entre 15 a 19 anos.

Como citado no início do capítulo, as causas da depressão e do suicídio são múltiplas e tais transtornos datam de diversas épocas históricas e modos de produção. Neste capítulo iremos nos aprofundar sobre as múltiplas causas de ambos e a relação entre eles e o trabalho no modo de produção capitalista. Para melhor dissertarmos sobre o assunto nos referenciaremos em alguns autores contemporâneos como Albuquerque, Werneck *et. al.*, Meneghel e Moura, entre outros.

Albuquerque aborda o suicídio como um fenômeno social, produzido coletivamente e concretizado no âmbito individual. Propõe-se a investigar a relação entre a exploração, os sofrimentos dos trabalhadores, o trabalho e o papel da atual sociedade como possível incentivadora da depressão e do suicídio.

O autor opta por tal investigação por se basear nos dados disponibilizados por Neury Botega, *A crise suicida*, publicado em 2006, que aponta que a maioria dos suicídios têm um diagnóstico de transtorno mental relacionado à depressão e ao suicídio.

Para se chegar ao entendimento do suicídio como um fenômeno social de múltiplas determinações, optou-se por investigar a relação entre trabalho,

exploração e sofrimento (físico e mental) do trabalhador, visto que, segundo Botega (2006), não há como negar a relação entre saúde do trabalhador e o suicídio. Botega (2006) confirma tal assertiva ao esclarecer que, em 97% dos casos de suicídio, caberia um diagnóstico de transtorno mental, com relevância entre depressão e suicídio. Assim, a barbárie estruturada na sociedade capitalista e na sociabilidade atual como possível estimuladora de suicídios é descortinada. (ALBUQUERQUE, 2018, p.11)

Ressaltamos mais uma vez que ambos os sofrimentos psíquicos não são contemporâneos ou pós-modernos, além do que são fenômenos com causas plurais e não singular e não existem única e exclusivamente no modo de produção capitalista, Mas é no modo de produção capitalista que as formas de sofrimentos psíquicos se aprofundam a ponto de se tornarem um fenômeno social em escala geral.

Albuquerque também se atem à análise das formas de sofrimentos psíquicos no modo de produção capitalista e destaca ao longo do seu texto o fortalecimento das contradições deste modo de produção que acabam por gerar uma maior exploração do trabalho e também maior sofrimento mental.

Observa-se, na contemporaneidade, que tais contradições estão fortalecidas, afetando os indivíduos profundamente não apenas no âmbito social, mas especialmente em sua vida privada. Como explicitado no relato de Capulade et al. (2009), diante das atuais mudanças organizacionais da produção capitalista, provenientes de estratégias oriundas de uma nova organização do trabalho de caris flexível. (ALBUQUERQUE, 2018, p.11)

Albuquerque aborda o suicídio relacionado ao trabalho na atualidade e aponta a instabilidade advinda do trabalho como ponto de destaque para o suicídio. O autor ainda afirma que o suicídio está ligado às relações socioeconômicas, ao sofrimento no trabalho etc.

Ao citar diversos dados divulgados em âmbito mundial pela OMS e em âmbito nacional pelo IBGE, relatos de suicídios por conta da rotina exaustiva de trabalho, instabilidade no vínculo empregatício e cobrança por resultados, Albuquerque torna clara a relação entre trabalho e suicídio, principalmente entre jovens de 15 a 29 anos, “idade economicamente ativa do trabalhador” que tem como um dos fatores principais a nova organização do trabalho estabelecida pelo modo de produção capitalista.

Para compreender tais números e sua problemática o autor busca definir o que é suicídio, suas dimensões e limitações, entre elas a dificuldade de obter

informações sobre o suicídio, já que as informações e números sobre o tema são retardatárias, as pesquisas de forma geral também acabam sendo retardatárias mas diversas e específicas.

Em relação ao suicídio no âmbito do trabalho, as limitações são ainda maiores já que o tema ainda é tratado como tabu dentro das empresas e corporações. Segundo Albuquerque *apud* Dejours e Bégue, as pesquisas realizadas em 1990 só tiveram visibilidade em 2007 quando o tema foi abordado por jornalistas por conta de uma série de suicídios em algumas empresas. Ao final de sua análise de dados e estatísticas de diferentes países, o autor chega à conclusão que é em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, junto à população de baixa e média renda que acontecem 75% dos suicídios, e que na América Latina, o Brasil é o país que lidera o número de suicídios, seguido do Chile e da Argentina. A relação entre esses números e a situação socioeconômica é apontada por uma pesquisa da OIT (2006) :

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT,2006), nos anos 1990, o quadro social e do trabalho na América Latina e Caribe revelou graves problemas que estão diretamente ligados a uma baixa produtividade do trabalho e a um aumento do desemprego e da informalidade, com destaque para os países que flexibilizaram suas respectivas legislações, o que acabou liberalizando as formas de contratos e demissões. A OMS (2014) corrobora com o perfil descrito ao afirmar que “nos países mais pobres, as principais causas das mortes são as pressões e o estresse por problemas socioeconômicos” (pág 54) (ALBUQUERQUE, 2018, p.21).

Em relação ao coeficiente de suicídios houve primeiro uma crescente, depois esse coeficiente começou a decrescer em metade dos países citados pela OMS, no restante dos países os números aumentaram em 17%, entre os países que se encaixam na última situação estão Suriname, Chile, Brasil, México entre outros.

Segundo Albuquerque, no Brasil os números referentes ao suicídio decorrente das relações de trabalho aumentam desde 1990. Dados apresentados no decorrer do artigo apontam o aumento desses números que pode ser explicado pela dependência e exploração da força de trabalho por países mais desenvolvidos sobre os menos desenvolvidos, e nestes os números são em maior quantidade nas áreas urbanas e industrializadas. Para além disso, a região que lidera em números de suicídio no Brasil é a região sudeste, que não por coincidência é a região mais industrializada do país, seguida pela região sul. Os suicídios cometidos no ambiente

de trabalho geralmente têm como resposta da própria empresa a isenção de responsabilidade e a responsabilização da vida privada da vítima.

Ao falarmos da região sudeste, trazemos como exemplo, e como aprofundamento, o artigo *Tentativas de suicídio em um hospital geral no Rio de Janeiro* de Werneck *et al.* (2006), que informa que nos países de economia central o suicídio está entre as dez causas de mortes em todas as faixas etárias e é a terceira causa morte entre jovens de 15 a 35 anos de idade e é apontado um aumento entre os jovens.

A taxa de suicídio aumentou em 43% entre os jovens das capitais do Brasil. Em específico na capital do Rio de Janeiro as taxas aumentam desde 1992. São apontadas no artigo de Werneck *et al.* (2006) algumas causas como o desemprego, a perda de alguém amado, os problemas no trabalho, o uso de álcool e outras drogas, a disponibilidade do meio para o suicídio, a depressão. Mas, o mais importante e ressaltado por Werneck *et al.* é, mais uma vez, a tentativa de suicídio sem sucesso.

A investigação tem como base a Ficha de Notificação Compulsória de Maus-tratos contra Criança e Adolescentes, instituída em 1999, pela SESRJ. Apesar de não ter tal finalidade, em tal ficha, em seis meses, foram registrados mais de vinte casos de tentativas de suicídio. Metade das notificações foram feitas no HEGV, hospital de emergência do Rio de Janeiro.

Segundo a autora, essas notificações despertaram para uma forma de monitorar esses casos, o que resultou no uso de ferramentas como fichas de notificação, reuniões, palestras e uma rede de apoio com instituições ligadas a saúde para referenciar esses casos.

Na ficha de notificação os questionamentos foram baseados literalmente nos fatores que podem levar ao suicídio, dados demográficos e sociais, além de tentativas anteriores, histórico na família, uso de drogas e álcool, acesso a meios para o suicídio e por fim um espaço onde o paciente ou seu acompanhante podem relatar o que acredita tê-lo levado a tal tentativa.

Essas informações são repassadas pelos assistentes sociais, que são responsáveis pelo preenchimento e notificação da ficha que é preenchida sempre que alguém dá entrada no hospital como tentativa de suicídio.

Com base nas informações obtidas através da Ficha de Notificação foi feito um estudo de caso entre abril de 2001 e março de 2002. Em tal estudo é apontado como discussão que os problemas familiares ou de relacionamentos, e além desses os problemas financeiros, estavam presentes na maioria dos casos registrados. Werneck *et al.* (2006) afirma que entre os jovens adultos e os adolescentes as tentativas se apresentam quase como uma morbidade.

Quanto aos resultados do preenchimento das Fichas de Notificação, no período de 1 ano foram registrados 160 casos. O mês de maior incidência foi o de setembro. Já os dias foram sexta e terça-feira. 108,8 casos foram tentativas feitas por mulheres, e dessas quase 73 tentativas foram feitas por mulheres com menos de 25 anos. Entre os homens o número de tentativas na mesma faixa etária foi de 23,04. Dos 160 casos registrados 41,6 foram tentativas feitas por adolescentes e 43,2 tentativas feitas por pessoas em união estável ou casadas.

Um dos resultados obtidos e destacados pela investigação do referido artigo foi no perfil ocupacional com a predominância entre as mulheres estudantes, do lar e aposentadas, e entre os homens desempregados e trabalhadores manuais ou informais.

Assim como neste trabalho, Deslandes, em estudo realizado no Rio de Janeiro, mostrou que os problemas de relacionamento familiar ou de namoro e as dificuldades de ordem financeira e/ou conflitos conjugais estavam presentes na maioria dos casos de tentativas de suicídio estudados. Ainda que os dados populacionais disponíveis sejam escassos, as tentativas de suicídio parecem ser um evento importante de morbidade, particularmente entre adolescentes adultos jovens. (WERNECK *et al.*, 2006, p. 2205)

Werneck *et al.* (2006), nos informa a dificuldade para a obtenção dos dados e estudos dos casos de suicídio. Tal dificuldade pode ser explicada pelo fato de que os familiares por ainda considerarem o suicídio um tabu pedem a mudança da causa morte da vítima.

Marín-León e Barros em seu artigo publicado em 2003, *Mortes por suicídio: diferença de gênero e nível econômico*, trazem em sua discussão a seguinte afirmação:

Ao analisar os dados de mortalidade por suicídio, deve-se considerar a dificuldade de precisar a dimensão de um possível sub-registro decorrente de modificação de causa básica provocada por solicitação da família e da

dificuldade, em alguns casos, de discriminar o suicídio de acidente ou de homicídio. (MARÍN-LEÓN & BARROS; 2003, p.361)

Outra informação ressaltada por ambos os autores é a faixa etária na qual mais acontecem os casos de suicídio: entre adolescentes e jovens adultos. Nessa faixa etária, estes estão aptos e anseiam ingressar no mercado de trabalho.

Albuquerque exemplifica um caso que vítima, uma jovem adulta no Japão:

Matsuri Takahashi tinha 24 anos e trabalhava na companhia havia sete meses quando pulou da janela [...]. A jovem chegava a fazer cerca de 105 horas extras por mês[...] a carga horária disparou em outubro de 2015, quando ela só chegava em casa por volta de 5h, depois de ter trabalhado dia e noite. Além disso, ela não teve nenhum dia de folga em sete meses.(BBC, 2016 apud ALBUQUERQUE, 2018, p.16)

Apesar de ter sua maior incidência em áreas urbanas, o suicídio relacionado ao trabalho também acontece em áreas rurais. Podemos ver um exemplo no artigo *Suicídio, cultura e trabalho em município de colonização alemã no sul do Brasil* de Meneghel e Moura (2018).

O artigo analisa e aborda a temática do suicídio em municípios do Rio Grande do Sul, principalmente colonizados por alemães onde os números de suicídio são altíssimos ao longo da história.

No Brasil, o Rio Grande do Sul apresenta, historicamente, os maiores coeficientes de mortalidade, mortalidade ocorrendo, sobretudo, com agricultores e em municípios de pequeno ou médio porte. O município de Santa Cruz do Sul apresentou a sétima posição no país, durante o triênio 2005-2007, mantendo tendência ascendente e configurando um grave problema de saúde pública. (MENEGHEL & MOURA, 2018,p.1136)

Meneghel e Moura (2018), fizeram um estudo de caso com 14 profissionais de diferentes áreas que apontam e citam como alguns motivos para os altos índices de suicídio são a cultura alemã, a ética protestante e a inserção do capitalismo e sua lógica no campo, que causam o sofrimento dos trabalhadores, em especial entre os produtores de fumo.

Nas regiões de imigração alemã, a valoração do trabalho e da poupança como elementos-chave para atingir o êxito econômico afetaram não apenas os descendentes de imigrantes, mas todos os grupos étnicos que ali vivem¹¹. A propriedade de uma colônia e o estilo de vida comunitário

constituíram a identidade social do colono, que persiste até a atualidade. Os princípios morais da ética protestante valorizam a meritocracia e a livre iniciativa e consideram o lucro como sinal de eleição – visto que essa recompensa divina já estaria predeterminada, de acordo com a doutrina da predestinação. Os alemães que vieram para o Brasil trouxeram esses princípios em sua bagagem: o valor do trabalho, a conquista metódica da riqueza por meio do labor contínuo, a economia e poupança, a busca de bens materiais e o acúmulo do capital para agradar a Deus³⁸. Dessa maneira, pode-se entender o sentimento trágico que assola esses homens e mulheres frente ao fracasso econômico, visto como devido à sua incapacidade de administrar os bens, e não é de admirar que se suicidem[...] (MENEHHEL & MOURA, 2018,p. 1138).

Com as breves definições apontada pela citação das autoras acima, seguimos para a inserção do capitalismo e sua lógica no campo.

3.1 Inserção do capitalismo nas áreas rurais e urbanas e o reflexo da depressão e do suicídio nos locais de trabalho

Meneghel e Moura informam em seu artigo que as mudanças referentes ao comércio, acontecem em Santa Cruz do Sul desde 1970 quando algumas indústrias se instalaram na cidade e começaram a impor mudanças na plantação e na colheita do fumo para o aumento da produção. Produção essa que continuava sendo feita pela família o que implica em exploração excessiva da mão de obra, seja ela infantil, idosa ou de mulheres.

Os trabalhadores ficam restritos às indústrias que compram o fumo e que cada vez exigem mais por meio de suas imposições. Além disso, também têm medo de perder a safra e não bater as metas. Ademais dos agricultores, existem também os empregados contratados temporariamente para a safra, que vivem desempregados ou em trabalhos informais e em condições precárias durante boa parte do ano.

Abordando questões relacionados ao gênero, precisamos encarar que em geral o homem é considerado o chefe da casa, aquele que provê a alimentação, a segurança e o conforto da família, quando falidos ou desempregados por conta de uma péssima colheita, ou até endividados por fazerem empréstimos para uma nova tentativa de safra, não conseguem olhar nos olhos de suas esposas e filhos.

No caso das mulheres, a grande quantidade de tarefas como a criação dos filhos, o cuidado com a casa, o trabalho no cultivo, pode gerar patologias e suicídios, embora em menor número que dos homens.

Toda essa engrenagem do modo de produção capitalista acaba atacando o sujeito e sua subjetividade, provocando-lhe insegurança sobre o futuro, sensação de impotência, dívidas acumuladas e venda de suas terras para poder pagá-las.

Todo processo de qualidade e precificação do fumo que varia de acordo com o mercado e o interesse econômico colocam o trabalhador em uma situação instável.

Meneghel e Moura intitulam um de seus tópicos da seguinte forma: *Os efeitos do trabalho: “um trabalho que mata”*. Nesse tópico é pontuado e identificado um trabalho muito distante e distorcido de seu sentido ontológico.

São características do trabalho em Santa Cruz do Sul: a maldade, a instabilidade, o medo, a falta de respeito aos limites do corpo e o adoecimento físico e mental.

O trabalho excessivo de forma geral pode gerar patologias, aqui não é diferente, entre as mais comuns os vícios, a exaustão mental, a depressão e vinculados a elas, os suicídios.

Para o agricultor de Santa Cruz do Sul, o trabalho é uma atividade que maltrata, não respeita os limites do corpo, exaure, podendo ainda, causar adoecimento e morte: “A frustração na safra traz uma tensão muito grande para a família. Quando a safra do fumo tem baixa produtividade, aumenta o endividamento das famílias e muitos homens se suicidam.” (MENEGHEL & MOURA, 2018, p.1141).

Novamente, como em outros artigos e livros, nos é informado o silêncio diante do suicídio, principalmente nos locais de trabalho, onde qualquer relato relacionado ao sofrimento psíquico é visto como um pretexto para faltar ou evitar a labuta.

Segundo Meneghel e Moura, o suicídio no local de trabalho é o resultado individual produzido de forma coletiva por aquele ambiente e traz como principal mensagem que todos os meios utilizados pelo trabalhador para não chegar a tal ato não foram eficientes.

O sofrimento gerado pelo trabalho pode levar ao suicídio, assim como a falta de trabalho, o desemprego. A perda do emprego é considerada incompetência o trabalhador e a culpa pela demissão é transferida ao próprio empregado. Assim, quando ocorre em chão de fábrica ou local de trabalho, como no caso de um galpão de fumo para o trabalhador rural, o ato significa uma denúncia as condições laborais. (MENEGHEL & MOURA, 2018, p.1136-1137)

Tanto no campo quanto no cenário urbano, os suicídios nos locais de trabalho têm frequentemente as mesmas respostas e reações por parte das indústrias e empresas.

Segundo Albuquerque(2018), os suicídios cometidos no ambiente de trabalho geralmente têm como resposta da própria empresa a isenção de responsabilidade e a responsabilização da vida privada da vítima, o que, considerando alguns exemplos como o trazido no texto pelo autor, torna-se uma grande falácia.

Xavier (1988) denunciou a ocorrência de mais de uma centena de mortes relacionadas ao trabalho no Brasil somente no setor bancário, entre 1993 e 1995. Destas, pelo menos 72 foram devidas ao suicídio. Uma das cartas deixadas por trabalhadores [...] evidencia significativamente as relações do suicídio com o trabalho. [...] escrita por um trabalhador do BANEBA (Banco da Bahia), em 1993, antes de tirar sua vida: “Este suicídio não tem ninguém culpado, a não ser o BANEBA, pois não suportei mais esta vida de cão [...]”.(NETTO apud. ALBUQUERQUE, 2018, p.22)

No que se refere à ligação entre as condições de trabalho no modo de produção capitalista, o suicídio e a depressão, Netto (2013) traz em seu texto *Suicídio e trabalho: breves considerações acerca da relação ente sofrimento e alienação*, a análise das condições de manutenção e reprodução da classe trabalhadora impostas pelo trabalho nos moldes do modo de produção capitalista na primeira parte do século XXI, em específico a saúde mental e física do trabalhador e sua degradação.

As mudanças que ocorreram nas formas de organização e gestão da produção[...] não significaram melhorias nas condições de trabalho, saúde e vida, escondendo, ao contrário, um aprofundamento dos processos antigos de adoecimento e o surgimento de novos, além da piora das condições de existência da classe trabalhadora. (NETTO, 2013, p.124).

Netto (2013) afirma que para manter-se em vigor sem explicar suas contradições, o capitalismo atua de forma controladora – por meio de órgãos e instituições – sob pautas e assuntos como o suicídio e a depressão vinculados as condições de trabalho no modo de produção capitalista:

[...] os suicídios são fenômenos que explicitam determinadas contradições; assim, faz-se necessário tê-los sob seu controle. Quando não pelas vias de associação imediata com questões biológicas ou psicológicas, tentam amordaçar as denúncias que possam vir à tona por conta dessas mortes simplesmente rebaixando os indivíduos que morreram ou que tentaram

fazê-lo. Contudo, como expõe Marx (1824/2006, p.25): “Não é com insultos aos mortos que se enfrenta uma questão tão controversa”. (NETTO, 2013, p.125).

Netto (2013) utiliza-se dos livros *Sobre o suicídio* de Marx (2006) e *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* de Engels (2008) para apresentar o suicídio como um sintoma da sociedade capitalista e da guerra nela existente que é exposta de forma grandiosa pela competitividade generalizada.

Marx [...] reproduzindo as *Memórias* do diretor dos arquivos da polícia de Paris, Jacques Peuchet, concluiu que “[...] o suicídio não é mais do que um entre mil e um sintomas da luta social geral” e que “está na natureza de nossa sociedade gerar muitos suicídios”. Sociedade esta que foi caracterizada por Engels [...] como uma guerra de todos contra todos e que tem como máxima expressão deste conflito a concorrência[...]. (NETTO, 2013, p. 125)

As mudanças implementadas pelo neoliberalismo na forma de produção e na compra e venda da força de trabalho acabam por aumentar o número de suicídios e segundo Netto, por esse motivo fica cada vez mais difícil esconder ou invisibilizar o vínculo entre suicídio e trabalho no modo de produção capitalista.

As inúmeras ocorrências do fenômeno no próprio local de trabalho ou em situações em que o suicida manifesta explicitamente tal relação, seja verbalizando a alguém, seja em bilhetes suicidas, têm contribuído para o processo de desvelamento dessa relação. (NETTO, 2013, p.125)

Alguns casos citados por Netto ocorreram no Japão, país onde já existem leis que possibilitam a acusação, o julgamento e a condenação ou absolvição da empresa por morte por sobretrabalho ou suicídio por sobretrabalho.

Netto (2013) também exemplifica casos no Brasil, casos denunciados por Xavier (1998) e que apresentam cartas deixadas pelos suicidas, em uma delas fica clara a preocupação do mesmo em deixar explícito que está lúcido.

Segundo o autor, isso acontece por conta da tendência em relacionar o suicídio a causas biológicas ou psicológicas da vida privada da vítima, o que acaba por desresponsabilizar a empresa e suas condições de trabalho.

Esta preocupação denuncia um fator comum no que se refere ao suicídio em geral, mas que também se encontra nos casos relacionados ao trabalho, que é uma “tendência” das pessoas (tanto no senso comum quanto no discurso científico-ideológico, ou pseudocientífico, para ser mais exato) de associarem de forma imediata os suicídios com os transtornos psíquicos, neutralizando, desta maneira, quaisquer denúncias que poderiam advir destas mortes. (NETTO, 2013, p.128).

O sofrimento do qual Netto (2013) fala no texto está ligado as mudanças econômicas, a pressão para bater metas, demissões, privatização, reajuste da economia, etc., que acabam gerando estresse, instabilidade, insegurança em relação ao futuro, frustração, pontos esses que em casos extremos podem levar ao suicídio e, por vezes, é abafado pela empresa ou, quando em grandes números acaba sendo até justificado pela empresa, mas com a culpabilização do indivíduo, como vimos acima e como veremos aqui:

[...] apesar de até assumir fatores estressores, continua trazendo a questão para âmbito do particular, privado, quando não individual,[...] Não faz senão reproduzir os argumentos hegemônicos de uma ciência comprometida com causas que não são as dos trabalhadores, ao contrário, são argumentos que visam perpetuar as condições aviltantes que ora se denuncia. (NETTO, 2013, p.130)

Albuquerque (2018) afirma que, na esfera do trabalho essa relação entre suicídio e transtornos e sofrimentos mentais é um pouco mais profunda pois engloba, segundo Aparicio (2018), a depressão que está ligada a insegurança sobre o futuro e as condições precárias em que vive a classe menos abastada e segundo Botega (2015) que afirma que o suicídio relaciona-se com sintomas da depressão.

Constata-se que o trabalho sob os moldes do capitalismo estimula intensamente o suicídio do trabalhador, como consequência da crescente exploração. Assim, “ a privação do trabalho, a demissão, o desemprego de longa duração aumentam consideravelmente o risco de descompensação psicopatológica, expressa por alcoolismo, toxicomania, depressão, violência, suicídio etc.”(ALBUQUERQUE apud. DEJOURS; BÉGUE, 2010, p.31).

A partir de tais reflexões Albuquerque (2018) interpreta o suicídio, assim como Meneghel e Moura (2018), como um ato coletivo, produzido no âmbito social e estimulado e impulsionado pela exploração do trabalho na atual sociedade. O autor ainda se debruça sobre a relação entre o sofrimento mental e a identidade do

trabalhador, onde afirma que as condições precárias de vida acabam levando o trabalhador à morte.

Citando Dejours, Albuquerque (2018) afirma que a exploração excessiva da força de trabalho acaba desgastando o organismo e como uma reação, um aviso, o corpo acaba adoecendo física e mentalmente e exemplifica alguns transtornos mentais como ansiedade, depressão, neurose etc. Aqui os trabalhadores têm seu rendimento e sua frequência comprometida no trabalho e acabam sendo punidos pela empresa com a demissão.

Assim sendo, os transtornos mentais dos trabalhadores foram, em 2007, a maior causa pela qual se obteve benefícios da previdência.

O trabalhador que somatiza o transtorno mental é reconhecido pela queda de rendimento na produção ou por sua ausência, devido ao processo de medicalização¹⁰. O método comumente usado (em grande maioria, pelo setor privado) para tratar o sofrimento do trabalhador é a punição sistemática, ou seja, “[...] a exclusão imediata do trabalho. Basta acrescentar a esse mecanismo de exclusão certas técnicas de seleção de pessoal, para compreender que a seção de trabalho deve assegurar uma verdadeira ‘asepsia mental’”(DEJOURS apud. ALBUQUERQUE, 2018, p.27-28).

Para além dos transtornos mentais, Albuquerque (2018) também se debruça sobre a solidão no ambiente de trabalho que também é citada por Dejours. Conforme Bégue (2010), onde o silêncio é estabelecido no ambiente de trabalho, não se pensa sobre, não existe troca e o sofrimento mental dos trabalhadores, que pode acontecer por conta do aumento do ritmo de trabalho, pela pressão por resultados e que se expressa através da descompensação, tremor, choro, insônia, sono desregulado, fadiga, crises mentais etc., tais sofrimentos ocorrem de forma dinâmica e se espalham rapidamente por toda uma equipe.

Os dados revelam que o sofrimento mental adquiriu, nos últimos anos, uma dimensão cada vez mais significativa no adoecimento relacionado ao trabalho. Entre outros fatores que impõem sofrimento mental ao trabalhador está o medo do esgotamento, de acidentes no trabalho, de não dar conta da tarefa, intoxicações, entre outros.(ALBUQUERQUE, 2018, p.28).

Depois de elencarmos e nos debruçarmos sobre a profunda relação entre o trabalho, o suicídio, a depressão e outros transtornos e sofrimentos mentais com e

no modo de produção capitalista, seguiremos para a visão e identificação, daquele que é a base de funcionamento de tal sistema, o trabalhador.

3.2 O trabalhador, sua identidade e relação com o trabalho e seu sentido

Albuquerque (2018) investiga como o trabalhador se identifica dentro dessa realidade e qual sua função, em que local é posto pelo próprio modo de produção capitalista, assim sendo, acaba por afirmar que assim como qualquer outro objeto, o trabalhador e sua força de trabalho são tidos no modo de produção capitalista como mercadoria e colaboram com a sua na produção, reprodução e manutenção.

Assim como exemplificado nos primeiro capítulo dessa monografia retomamos a explicação de que o trabalhador e sua força de trabalho diferem das mercadorias comuns, pois produzem muito mais do que o valor pelos quais são contratados, de modo que o trabalhador é alienado desde o primeiro momento.

Netto (2013), em seu artigo *Suicídio e trabalho: breves considerações acerca da relação entre sofrimento e alienação*, atribui como principal característica do trabalho no modo de produção capitalista, a alienação, e constata o seguinte:

Os motivos e as finalidade daquela atividade não são do próprio trabalhador, tampouco do gênero humano, mas ditados pelos interesses de manutenção do sistema capitalista. Não são as necessidades de produção e reprodução do gênero humano que estão por trás do trabalho, mas as necessidades de produção e reprodução do próprio modo de produção [...] (NETTO, 2013, p.136)

Albuquerque (2018) reforça tais características apontadas por Netto (2013), abordando o sentido ontológico do trabalho em Marx e Lukács e afirma que a força de trabalho físico e mental do trabalhador que no capital difere totalmente de seu sentido ontológico, é transformada em mercadoria e acaba sendo definido como trabalho alienado.

Albuquerque (2018) classifica o trabalho no capitalismo como alienado, exterior e não pertencente ao trabalhador. É uma forma de trabalho em que o trabalhador não usufrui do lucro obtido através da produção, distribuição e venda daquilo que produz, assim sendo, o trabalho não sana uma necessidade do mesmo e sim de outrem, o capitalista.

Este trabalho, segundo o autor não firma o trabalhador, o sacrifica, mortifica e esgota, o que por sua vez acaba animalizando o homem.

Nestas condições, o trabalhador só pode sentir-se em si fora do trabalho, porque neste está fora de si. Suas realizações, como Marx (2015) elucida, se evidenciarão nas funções puramente animais (comer, beber, procriar etc.), porquanto nas funções humanas se vê reduzido a um animal.(ALBUQUERQUE, 2018, p.31).

Para além do papel da alienação do trabalho também é de grande importância que abordemos a alienação da identidade do trabalhador, ao citar Amaral, Albuquerque (2018) aborda a obrigação do trabalhador em vender a sua força para obter requisitos básicos para sobreviver, bem como a liberdade do capitalista da contratação, ou não contratação e até demissão dele.

Outro ponto abordado é a ideologia que predomina no modo de produção capitalista. A ideologia burguesa que mantém a exploração da força de trabalho, silencia o trabalho como mercadoria, aliena o trabalho e o trabalhador, impede o trabalhador de enxergar sua realidade e sua posição no modo de produção capitalista, posição essa que auxilia e permite a produção, manutenção e reprodução do sistema, mas que gera para o trabalhador mais trabalho, exaustão e morte.

Albuquerque (2018) finaliza afirmando o quanto as relações capitalistas são prejudiciais ao trabalhador, tanto física quanto mentalmente, o que leva à transtornos como depressão e à atitudes extremas como o suicídio.

O trabalho acaba se tornando inimigo do homem e não mais seu aliado e meio pelo qual se modifica e modifica a natureza para sua sobrevivência e evolução. Além de ser alheio a si e a natureza, o homem, nesse processo de alienação do trabalho, também se torna alheio aos seus semelhantes, não reconhece noutros a exploração e alienação vivenciada por ele.

Um ponto que expressa essa alienação são os salários e, para além disso, é necessário reafirmar que a alienação corrobora e permite a manutenção e reprodução do modo de produção capitalista.

Portanto, a tendência do capital é a ocultação das condições de exploração do trabalhador que é inerente a este modo de produção. O trabalhador é conduzido a um processo de alienação muito mais potente; além de se desgastar física e mentalmente no trabalho, como já acontece no processo

capitalista, tira-lhe a capacidade de compreender a sua posição de dominado, expropriado, subsumido às condições impostas pelo capital. (ALBUQUERQUE, 2018, p.34).

Albuquerque (2018) cita Huberman (1984), Engels (2008) e Marx (1988) para relatar acontecimentos diversos de mortificação do trabalhador na grande indústria, como o uso de crianças que morrem de fome, cansaço, são chicoteadas e forçadas ao trabalho, além daquelas que suicidam-se para se livrarem do sofrimento.

A condições de vida e moradia – para aqueles que conseguiam pagá-la, pois quem não conseguia dormia nas ruas – também são exemplificadas pelo autor com base em Engels e na Inglaterra do século XIX descrita por ele.

Voltando ao artigo *Suicídio, cultura e trabalho em município de colonização alemã no sul do Brasil*, duas classificações de suicídios criadas por Durkheim são citados por Meneghel e Moura (2018), um é o suicídio anômico gerado pela quebra do vínculo da lógica da sociedade. Vínculo esse criado pela religião, pelas leis e no caso dos municípios analisados, pela ética protestante e a cultura alemã.

A segunda classificação de suicídio citada pelas autoras é o suicídio altruísta, onde o indivíduo se suicida por um bem maior, nesse caso, a indenização pela morte que seria paga a família e garantiria seu sustento.

Diante de toda essa situação fica clara a degradação do trabalho e do trabalhador e seus dependentes no modo de produção capitalista e para além disso, fica claro a aproximação das relações de trabalhos exercidas no modo de produção capitalista com as causas que podem levar o trabalhador ao suicídio e a outros transtornos como a depressão.

É sobre o suicídio e a depressão na sociedade do capital sob a visão de Marx e Durkheim – citados por Meneghel e Moura (2018) e Albuquerque (2018) – que iremos nos debruçar a seguir.

4. MARX x DURKHEIM: DEPRESSÃO E SUICÍDIO NA SOCIEDADE DO CAPITAL

Em *Sobre o suicídio*, Marx (2006) utiliza e seleciona alguns dos escritos de *Archives de la police* de Jacques Peuchet que foi arquivista da Prefeitura da Polícia

de Paris entre 1814 e 1827. A escolha de Marx (2006) por Jacques Peuchet, se deu segundo ele por conta da crítica francesa à sociedade moderna que abordou, diferente da sociedade inglesa, com visão rica e de forma abrangente as classes, a convivência e questões referentes a vida privada.

Marx (2006) reafirma por meio das palavras de Peuchet, o suicídio e seus números medianos como sintomas da organização deficiente ou um vício constitutivo da sociedade capitalista.

Sobre o aumento de números de suicídio em épocas de crise, Peuchet denomina como mais evidentes e até mesmo epidêmicos, entretanto outras expressões da questão social como a violência, os roubos, a prostituição, etc. também têm seus números alavancados. A miséria é apontada como a maior causa de suicídios da época, mas as causas da miséria não são citadas no texto.

O número anual dos suicídios, aquele que entre nós é tido como uma média normal e periódica, deve ser considerado um sintoma da organização deficiente* de nossa sociedade; pois, na época da paralisação e das crises da indústria, em temporadas de encarecimento dos meios de vida e de invernos rigorosos, esse sintoma é sempre mais evidente e assume um caráter epidêmico.(PEUCHET apud. MARX, 2006, p.23 - 24)

Para além da miséria, Marx e Peuchet também deixam claro que o suicídio tem diversas causas e atinge a todas as classes. Em classes mais abastadas as causas do suicídio são as traições, frustrações, sofrimento familiar, crises de desânimo, rivalidade etc.

Embora a miséria seja a maior causa do suicídio, encontramos-lo em todas as classes, tanto entre os ricos ociosos como entre os artistas e os políticos. A diversidade das suas causas parece escapar à censura uniforme e insensível dos moralistas” (PEUCHET apud MARX, 2006, p.24).

Os autores defendem o suicídio como algo natural da nossa sociedade pois somos suas testemunhas diárias e frequentes, e reafirmam que é algo natural da nossa sociedade ao passo que em algumas outras sociedades não ocorre o suicídio, ou seja, sociedades diferentes têm como resultado produtos diferentes e indicam tal argumento como base para que possamos evoluir como sociedade humana.

Sobre a comparação entre a produção de suicídios realizada pela nossa sociedade e outras sociedades como a dos berberes, tal comparação não exprime

ou aponta um fato de clareza ou certeza científica, já que em outras sociedades, povos e organizações com modos de produção diferentes do nosso – feudalismo, vikings, etc – também produzem suicídios sejam culturais ou motivados pelas vivências.

Ao contrário, está na natureza de nossa sociedade gerar muitos suicídios, ao passo que os tártaros não se suicidam. As sociedades não geram todas, portanto, os mesmos produtos; é o que precisamos ter em mente para trabalharmos na reforma de nossa sociedade e permitir-lhe que se eleve a um patamar mais alto. (PEUCHET apud MARX, 2006, p.25)

Sobre sentimentos como coragem e leviandade atribuídos a quem comete o suicídio, Peuchet apud Marx (2006) traz como nota de rodapé a ideia de que não se pode medir os sentimentos e reações dos homens com a mesma régua/mesma medida. Peuchet apud Marx (2006) afirma que a mesma situação pode ter reações totalmente diferentes a depender das pessoas que as têm, ou seja, o que nos abala de forma profunda pode ser para outrem algo insignificante.

Levantam-se então algumas questões de grande importância e necessidade de debate. A primeira: como exigir dos indivíduos em situação de rua – a quem resta a prisão e castigos –, das classes que vivem na miséria e não dispõem do mínimo para a sobrevivência diária etc. que são atropelados pela as relações e ideais de nossa sociedade que eles suportem e superem essa dor “e preserve em si mesmo uma existência que é espezinhada por nossos hábitos mais corriqueiros, nossos preconceitos, nossas leis e nossos costumes em geral.”(PEUCHET apud MARX, 2006).?; é possível alcançar a diminuição dos suicídios por conta de uma lei penal? pode-se culpar alguém pelo acontecimento de tal ato? ; tem como prevenir ou minimizar os casos de suicídio?

Para Peuchet apud Marx (2006), não se pode cobrar a superação da dor aos menos abastados e aos em situação de rua, como também não se pode alcançar a diminuição dos números do suicídio através de uma lei punitiva e alegam ainda que se a culpa do suicídio existir ela é daqueles que aqui ficam.

Os autores especulam a visão da vítima sobre a lei punitiva dessa maneira: “Ela vê nisso apenas uma covardia a mais da parte dos vivos.” (PEUCHET apud MARX, 2006, p. 28, e explica de quem é a culpa no trecho seguinte: “se o suicídio culpa alguém, é antes de tudo as pessoas que ficam, já que, de toda essa grande

massa de pessoas, nem sequer um indivíduo foi merecedor de que se permanecesse vivo por ele” (PEUCHET apud MARX, 2006, p. 27).

Como solução para prevenir ou minimizar os casos Peuchet apud Marx (2006) diz que após sua pesquisa abrangente ele chegou a seguinte conclusão: “Descobri que, sem uma reforma total da ordem social de nosso tempo, todas as tentativas de mudança seriam inúteis.” (PEUCHET apud MARX, 2006, p. 28).

Tal conclusão se deu por causas recorrentes/dominantes encontradas dentro da ordem social, como a hierarquização e subordinação, seguida de maus tratos e humilhação por meio dos pais nas famílias e por parte dos superiores com seus empregados e subordinados. Para além disso, o suicídio é apontado a partir desse ponto de vista como um dos sintomas da luta social.

Entre as causas do desespero que levam as pessoas muito nervosas-irritáveis a buscar a morte, seres passionais e melancólicos, descobri os maus-tratos como o fator dominante, as injustiças, os castigos secretos, que pais e superiores impiedosos infligem às pessoas que se encontram sob sua dependência. (PEUCHET apud MARX, 2006, p.28)

Como já dito anteriormente, existem várias causas para o suicídio, de acordo com nossos autores, essas causas deveriam ser nomeadas com os defeitos de nossa sociedade: gastos e dificuldades financeiras, roubo de ideias e invenções, desemprego. “Vê-se que, na ausência de algo melhor, o suicídio é o último recurso contra os males da vida privada” (PEUCHET apud MARX, 2006, p. 48).

Entre as causas do suicídio, contei muito frequentemente a exoneração de funcionários, a recusa de trabalho, a súbita queda dos salários, em consequência de que as famílias não obtinham os meios necessários para viver, tanto mais que a maioria delas ganha apenas para comer. (PEUCHET apud MARX, 2006, p.48)

Já Durkheim (2000) aborda única e exclusivamente o suicídio do ponto de vista sociológico, analisando de forma mais aprofundada que Carssola⁷ (1984) a ideia dos suicídios no âmbito social e nomeando explicando cada um deles.

⁷ Em seu livro *O que é o suicídio?*(1984), Carssola aponta assim como outros autores as diversas óticas possíveis do suicídio, mas aborda no decorrer de seu livro a visão psicanalítica e sociocultural, dentro dessa linha o autor define o suicídio como a morte de si mesmo e sendo assim as pessoas podem matar-se ou contribuir para sua própria morte de forma consciente ou inconsciente. Para

Logo na introdução de *O Suicídio*, Durkheim (2000) constrói e formula o conceito de suicídio baseado em duas teses. A primeira delas está relacionada a ideia de que o suicídio é a morte provocada pela própria vítima – seja pulando de uma ponte ou recusando-se a comer, beber, etc. – e a segunda está relacionada a consciência de que o ato irá resultar em morte, depois de explicar esses dois pontos, Durkheim (2000) chega a uma formulação abrangente para suicídio: *“Chama-se suicídio todo caso de morte que resulta direta ou indiretamente de um ato positivo ou negativo, realizado pela própria vítima e que ela saiba que produziria esse resultado”* (DURKHEIM, 2000, p. 14).

Após explicar a primeira causa e apontar os motivos pelos quais ela não é plausível, Durkheim (2000) nos leva a entender a causa da qual, segundo ele, depende necessariamente os suicídios, as causas sociais e sendo assim é, como já dito anteriormente, um fenômeno coletivo.

Assim como nos outros livros, também é citado nesse a dificuldade para a obtenção de dados, por isso, Durkheim (2000) busca analisar os meios sociais e a variação de suicídios nesses meios.

São definidos por ele três tipos de suicídio: o egoísta, o altruísta, o anômico e após isso são apontados alguns exemplos individuais desses suicídios.

[...] constataremos que o total assim obtido não é uma simples soma de unidades independentes, uma coleção, mas que constitui por si mesmo um fato novo e sui generis, que tem sua unidade e sua individualidade, por conseguinte sua natureza própria, e que, além do mais, essa natureza é eminentemente social. Às vezes se produzem variações mais importantes, mas são absolutamente excepcionais. Pode-se observar, aliás, que são sempre contemporâneas de alguma crise que afeta temporariamente a situação social. Então, podemos constituir os tipos sociais do suicídio [...] classificando as causas que os produzem. [...] examinaremos de imediato quais são as condições sociais de que dependem; depois gruparemos essas condições segundo suas semelhanças e suas diferenças em um certo número de classes separadas, e poderemos ter certeza de que a cada uma dessas classes corresponderá um tipo determinado de suicídio. (Durkheim, 2000, p.167,168).

exemplificar e justificar tal afirmação o autor traz exemplos como os fumantes, alcoólatras, viciados em drogas que acabam por contribuir com a sua morte por alimentar a dependência; pessoas que se põem em situação de risco como o piloto de fórmula 1; os homens bomba que se sacrificam em prol de uma causa; problemas psicossociais por sobrecarga física ou emocional que se expressam através do adoecimento.

O suicídio egoísta é aquele no qual o indivíduo sofre as consequências de uma sociedade que têm suas crenças afrouxadas, seus vínculos fragilizados, sendo assim, por meio do livre exame o indivíduo busca a reflexão para poder entender/compreender sua existência. Esse processo gera mais questionamentos no indivíduo o que resulta no afastamento do mesmo da sociedade em si e de sua lógica e acaba desintegrando-a. Como exemplos de tal suicídio o autor cita um homem que vai até a floresta e opta por não mais comer até sua morte e deixa anotações onde narra seu sofrimento e reações para fim de informar cientificamente o que acontece durante o período que não come e se aproxima do fim.

Mas a sociedade não pode desintegrar-se sem que, na mesma medida, o indivíduo se desligue da vida social, sem que seus fins próprios se tornem preponderantes sobre os fins comuns, sem que sua personalidade, em suma, tenda a se colocar acima da personalidade coletiva. Quanto mais os grupos a que pertence se enfraquecem, menos o indivíduo depende deles e, por conseguinte, mais depende apenas de si mesmo para não reconhecer outras regras de conduta que não as que se baseiam em seus interesses privados. Se, portanto, conviermos chamar de egoísmo esse estado em que o eu individual se afirma excessivamente diante do eu social e às expensas deste último, poderemos dar o nome de egoísta ao tipo particular de suicídio que resulta de uma individuação descomedida. (DURKHEIM, 2000, p. 258).

O suicídio altruísta é definido por Durkheim (2000) como o contrário do suicídio egoísta. Neste tipo o suicida está tão integrado a sociedade que se entrega, doa sua vida a ela. “Indistinto de seus companheiros, por assim dizer, ele é a apenas uma parte *aliquot* do todo, sem valor por si mesmo.”(DURKHEIM, 2000, p. 275).

Existem exatamente três tipos de suicídio altruísta: obrigatório – onde a morte é imposta pelas sociedades -, facultativo – onde a morte é a solução para acontecimentos que constroem as pessoas – e o agudo – onde a morte se dá pela alegria da renúncia, a alegria de se sacrificar.

O exemplo mais comum desse tipo de suicídio são os homens bomba ou ainda soldados que se sacrificam em prol de seu país.

Ao indivíduo, portanto, faltam meios para construir para si um meio especial, a cujo abrigo ele possa desenvolver sua natureza e construir-se uma fisionomia que seja só sua. Indistinto de seus companheiros, por assim dizer, ele é a apenas uma parte *aliquot* do todo, sem valor por si mesmo. [...] este se deve a um excesso de individuação,[...] porque ela (a sociedade) o mantém demasiado estritamente sob sua dependência. [...] a palavra altruísmo expressa o estado contrário, aquele em que o eu não se

pertence, em que o pólo de sua conduta está situado fora dele, ou seja, em um dos grupos de que faz parte. Por isso chamaremos de *suicídio altruísta* aquele que resulta de altruísmo intenso.[...] a característica de ser cumprido como um dever[...]. (DURKHEIM, 2000, p. 275)

O suicídio anônimo tem como causa, segundo Durkheim (2000), a função reguladora da sociedade desregrada. A sociedade aqui impõe limites às paixões humanas, quando a mesma passa por algum abalo, alguma ruptura do equilíbrio social – que são atribuídos no livro a épocas de crise financeiras e industriais, sejam elas de abundância ou de pauperismo – acaba por não conseguir limitar e reorganizar os limites das paixões humanas e criar/acostumar esses indivíduos que enfrentaram tais crises as novas realidades e seus limites durante e após essas mudanças, o que leva ao aumento dos números de suicídios. Esse suicídio em específico apresenta um estado crônico no âmbito do comércio e da indústria, um exemplo de forma individual é:

Com efeito, nos caos de desastres econômicos, produz-se como que uma desclassificação que empurra bruscamente certos indivíduos para uma situação inferior à que ocupavam até então. É preciso, portanto, que eles reduzam suas exigências, que restrinjam suas necessidades, que aprendam a se conter mais. O resultado é que eles não se ajustam à condição que lhes cabe e que sua própria perspectiva lhes é insuportável; daí os sofrimentos que os fazem desapegar-se de uma existência reduzida antes mesmo que a tenha experimentado. O estado de desregramento ou *anomia*, portanto, ainda é reforçado pelo fato de as paixões estarem menos disciplinadas no próprio momento em que teriam necessidade de uma disciplina mais vigorosa. [...] há uma esfera da vida social em que ela está atualmente em estado crônico: é o mundo do comércio e da indústria. Há um século,[...] o progresso econômico tem consistido principalmente em liberar as relações industriais de toda regulamentação. Eis a razão da efervescência que reina nessa parte da sociedade mas que, dela, estendeu-se para o resto. É que nela o estado de crise e de anomia é constante e, por assim dizer, normal. A anomia é portanto, em nossas sociedade modernas, um fator regular e específico de suicídios; é uma das fontes em que se alimenta o contingente anual. No suicídio anônimo, ela (a sociedade) falta às paixões propriamente individuais, deixando-as assim sem freio que as domine. (DURKHEIM, 2000, p.320,322,323,325,328,329.)

No decorrer do livro Durkheim Durkheim (2000) explica o elemento social do suicídio através de dois pontos. O primeiro é que a taxa social de suicídios é determinada por cada sociedade e sua moral e o segundo ponto são os números expressos por essa taxa social que permanece o mesmo como dito anteriormente de um ano para o outro. Esse segundo ponto é justificado pelo fato de que a tendência ao suicídio vai entrando e sendo aceita pelos indivíduos com o passar da idade:

É que, portanto, a força coletiva que impele o homem a se matar só o penetra pouco a pouco. Mantidas as circunstâncias, é à medida que avança em idade que ele se torna mais acessível a ela, sem dúvida porque são necessárias experiências reiteradas para levá-lo a sentir todo o vazio de uma existência egoísta ou toda a inutilidade das ambições sem termo. Por isso os suicidas só cumprem seu destino por camadas sucessivas de gerações. (DURKHEIM, 2000, p. 419).

O suicídio é apontado e comprovado como um fenômeno social e por meio dessa afirmação o autor busca relacioná-lo com alguns outros fenômenos sociais, nessa busca descobre-se que o suicídio é um ato imoral pois acaba por ferir o culto a humanidade construído e alimentado pela ideia de que somos filhos de Deus e temos também alguma divindade. Depois de tal descoberta, é feita a relação entre suicídio e um outro fenômeno social, o homicídio. Essa relação é feita e comprovada através dos números de vítimas do sexo masculino em ambos os casos, a idade em que comumente ambos acontecem e o período do ano.

Para finalizar o autor aponta que o suicídio na sociedade da época – 1897 – quintuplicou e de uma forma bem veloz. Durkheim (2000) frisa que esse aumento é resultado de um “abalo doentio” e anormal assim como suas consequências. “Por conseguinte, a grande elevação das mortes voluntárias aponta [...] um estado de crise e de perturbação cujo prolongamento não pode deixar de perigoso.”(DURKHEIM, 2000, p.482).

Não é apontado no texto dados específicos e individuais, Durkheim (2000) deixa sempre claro que analisa o suicídio de forma sociológica, de forma que as medidas a serem tomadas possa agir sobre um grupo, uma sociedade e não sobre o indivíduo em si.

Após analisar os dois autores, Marx e Durkheim, e suas concepções sobre o suicídio e suas causas, nos basearemos no artigo de Rodrigues (2009), *Suicídio e sociedade - um estudo comparativo de Durkheim e Marx* para apontar suas divergências, mas principalmente pontos que se assemelham e colaboram entre eles.

Rodrigues (2009) promove em seu artigo a comparação entre os textos *O Suicídio* de Émile Durkheim e *Sobre o suicídio* de Karl Marx, assim sendo a autora explica as intenções individuais dos autores, suas concepções sobre o suicídio em suas respectivas obras, os objetivos de suas investigações e suas diferentes

perspectiva e abordagens filosóficas, além disso também são expostas as semelhanças e colaborações entre os autores e seus textos.

Rodrigues (2009) aborda Durkheim e o suicídio, apontando que a principal motivação de Durkheim com o estudo sobre o suicídio era tornar a Sociologia “uma disciplina rigorosamente objetiva [...] utilizar uma metodologia própria que a distinguisse das outras ciências” (RODRIGUES, 2009, p.700).

Ainda segundo a autora, para alcançar tal objetivo Durkheim investiga o suicídio por uma ótica social. O cálculo é limitado a uma sociedade durante determinado tempo. Tal investigação constitui o suicídio como fato social.

A autora afirma que Durkheim defende a partida da investigação do externo para o interno, dos fatores mais gerais e aparentes para os mais subjetivos e escondidos. Para iniciar tal investigação se faz necessário a objetificação do suicídio, que se dá pelo agrupamento de mortes cometidas pelo próprio indivíduo com a consciência do resultado do ato.

Ao abordar Marx e o suicídio, Rodrigues (2009) aponta que nesta obra Marx enxerga o suicídio pela lógica do estudo de caso e de tal forma acaba por mostrar o que a Sociologia tem em comum com as ciências humanas e a aproximá-la das mesmas.

De acordo com Rodrigues (2009) a obra é uma crítica à vida privada, à exploração econômica, à falta de caráter ético e social da sociedade moderna da época, sociedade essa que é definida com base na citação de Rosseau, usada por Peuchet apud Marx (2006, p.16), como um “deserto habitado por bestas selvagens”.

No decorrer do texto Marx estuda alguns casos de suicídio e segundo a autora a análise desses casos amplia a sua crítica social já que no fim de seu texto Marx aponta que uma das soluções eficazes para diminuir o sofrimento de todos, são as instituições sociais.

A autora aborda na terceira parte do seu artigo dois pontos complementares e de grande relevância entre Marx e Durkheim. O primeiro relacionado às causas sociais do suicídio e ao fato de que o suicídio pode atingir a todos independente da classe econômica:

Ao focalizar o suicídio como fato social, Durkheim (1977) buscou descobrir “as causas através das quais é possível agir, não sobre os indivíduos isolados, mas sobre o grupo” (p. 21). Assim, a questão que esse autor enfrentou nesse seu trabalho foi: quais as causas sociais do suicídio? Para responder a essa pergunta, lhe interessou examinar, entre os diversos fatores que levam ao suicídio, apenas aqueles “que se fazem sentir no

conjunto da sociedade” (p. 21); por isso, nosso autor dirige seu olhar também para a história. Afinal, “Cada sociedade tem, em cada momento de sua história, uma aptidão definida para o suicídio” (p. 16). Nesse sentido, se é verdade que a “sociedade está [sempre] disposta a fornecer um determinado contingente de mortos voluntários”, as oscilações que a estatística registra “exprimem a tendência para o suicídio de que cada sociedade está coletivamente afetada” (p. 20).

De outra perspectiva, Karl Marx, que neste ensaio tomou a decisão deliberada de lançar mão de dados “oficiais” exatamente porque os considerava (no caso de Peuchet) fidedignos, atribuiu a maior dificuldade que o sociólogo enfrenta para realizar seu trabalho à sua capacidade de compreender e interpretar o drama da sociedade partida. Nesse sentido, ao estudar o suicídio a partir de um capítulo das memórias do ex-arquivista policial francês, Marx pareceu querer demonstrar que, na verdade, seu interesse sobre esse tema recaía mais sobre a construção de uma crítica radical da sociedade moderna e menos sobre a questão do suicídio propriamente dita.

Na tentativa de compreender melhor a natureza de nossa sociedade, Marx dirige seu olhar para as angústias da existência humana e, ao fazê-lo, nos apresenta suas reflexões sobre temas que ainda permanecem, nos dias de hoje, atuais – como o direito ao aborto, a questão da mulher e a opressão familiar, entre outros. Assim, ao contrário de Durkheim, que partiu do exterior para atingir o interior, Marx realizou o caminho inverso: sua crítica social partiu do interior, das relações da vida privada, pois “a crítica da vida privada surge como o necessário resultado de suas experiências políticas” (p. 22).(RODRIGUES, 2009, p. 708-709)

O segundo ponto relacionado ao número de suicídios em determinadas sociedades e épocas e ao aumento desses números em épocas de crise e seu prolongamento para além delas:

Dados recentes da OMS (www.who.int) mostram que a tendência em todos os países (exceto a China) é que homens cometem mais suicídios do que as mulheres, e que esta proporção tende a aumentar na medida em que eles envelhecem. Esse achado, que contradiz a impressão de Marx de que as mulheres tendem a se matar mais do que os homens, por sua vez, corrobora com a hipótese durkheiminiana de que a maneira como o tempo age sobre o indivíduo é um fator explicativo preponderante sobre a tendência do suicídio como fato social.

De outra perspectiva, dados da OMS mostram também que, depois da queda do Muro de Berlim, a taxa de suicídios aumentou significativamente em alguns países da Europa do Leste.[...] Tomando em consideração o ano de 1987 (queda do Muro de Berlim), podemos considerar que o aumento dos suicídios nos três países da Europa do Leste, entre 1985 e 1995, registrado na tabela acima, corrobora com a hipótese que “em épocas de crise, o sintoma do suicídio é sempre mais evidente e assume caráter epidêmico” (Marx, 2006, p. 24), tomando a forma de “ondas” que “se verificam por arranques” e “se desenvolvem ao longo do tempo” (Durkheim, 1977, p. 14). Em outras palavras, apesar de o número de suicídios ser “pouco mais ou menos variável”, essas variações “são sempre contemporâneas de alguma crise que venha afetar o estado social” (p. 14). Nesses contextos, acrescenta Marx (2006), o crime e a violência aumentam na mesma proporção (p. 24).(RODRIGUES, 2009, p. 710)

Apesar de percorrerem caminhos inversos, como já explicitado nos parágrafos acima, os autores acabaram por complementar um ao outro em alguns pontos como os estudados por Rodrigues (2009).

É importante frisar que as causas sociais apontadas por Marx, como a miséria e as crises não são colocadas de lado por Durkheim, pois ao falar do suicídio anônimo o mesmo aponta a falta de limite das paixões e a dificuldade e o sofrimento da adaptação de um indivíduo que acaba por perder seus bens por conta de uma mudança brusca, uma crise.

Concluimos que em *Sobre o suicídio*, Marx, e em *O Suicídio*, Durkheim, apesar de serem filósofos de abordagens distintas acabam por contribuir entre si com seus respectivos trabalhos.

CONCLUSÃO

Ao falarmos sobre as engrenagens do modo de produção capitalista, seu início, instauração e ápice, seu funcionamento, necessidades básicas, também suas crises das mais leves as mais profundas e, por fim, de suas respostas para se recuperar e se manter em atividade por todos esses anos, percebemos que a classe menos abastada composta pelos trabalhadores é a que mais sofre o impacto das instabilidades e aventuras do sistema.

São exemplos de tal impacto a retirada de direitos conquistados pelos trabalhadores e seus sindicatos, as condições precárias de alguns ambientes de trabalho que por vezes chegam a ser insalubres, insegurança e instabilidade financeira, aumento do desemprego, aumento da informalidade, etc.

Netto e Braz (2006, p. 218) afirmam que “Todas as transformações implementadas pelo capital têm como objetivo reverter a queda da taxa de lucro e criar condições renovadas para a exploração da força de trabalho”.

Mészáros em seu livro *A Crise Estrutural do Capital* (2011) aponta a emergência do desemprego crônico como indicador do aprofundamento da crise, Netto e Braz(2006) ainda pontuam a crise do movimento sindical, a redução de trabalhadores industriais, a criminalização da pobreza e com isso a forma de exploração que exaure o trabalhador.

A precarização e “informalização” das relações de trabalho trouxeram de volta formas de exploração que pareciam próprias do passado (aumento das jornadas, trabalho infantil, salário diferenciado para homens e mulheres, trabalho semi-escravo, ou escravo) e ao final do século XX, ao cabo de vinte anos de ofensiva do capital, a massa trabalhadora não padece apenas nas periferias – também nos países centrais a lei geral da acumulação capitalista mostra o seu efeito implacável [...] (NETTO & BRAZ, 2006, p. 220-221).

A exaustão do trabalhador, seja ela física, mental ou ambas, é resultado, em diversos casos exemplificados por Albuquerque (2018) e Chaplin (Filme: Tempos Modernos) presentes nesta monografia, de instabilidade e insegurança quanto ao futuro, o medo da demissão, a cobrança por bater metas, a repetição da mesma função, alienação do trabalho e do trabalhador.

Por sua vez, essa exaustão pode gerar diversos sofrimentos psíquicos que se não recebem a devida atenção – algo que acontece comumente – podem chegar a transtornos como a depressão e em casos mais graves levar ao suicídio.

A depressão e o suicídio, é importante que frisemos quantas vezes forem necessárias, não são doenças e atos que surgiram somente na contemporaneidade ou no modo de produção capitalista, ambos são relatados e registrados desde a Antiguidade.

Como citado no artigo de Gonçalves e Machado (2007), a depressão era denominada como melancolia e na Antiguidade a melancolia era analisada por meio dos 4 humores e fluídos corporais a eles ligados, a mesma era associada a bile negra, ou seja, ao humor melancólico, frio e seco, passando pela Idade Média, onde por conta da influência do Catolicismo e da religião a depressão estava relacionada ao pecado e ao afastamento do sagrado, e pela Idade Moderna, onde recebeu a influência do Renascimento, Iluminismo e Romantismo e passou a ser definida respectivamente como um delírio, depois o delírio deixa de ser o principal sintoma da melancolia e os sintomas físicos tornam-se o principal objeto de estudo. Por fim, a melancolia é exaltada como essência do eu romântico e chegando na Idade Contemporânea com todos os avanços científicos, biológicos e tecnológicos da época foi aos poucos considerada como doença mental, cadastrada no CID, para melhor acolhimento e amparo a pessoas que dela sofrem.

Já o suicídio, Teixeira, em seu livro *O suicídio* (1947 ou 1948, p.25), afirma ser “tão antigo quanto o próprio mundo”. Exemplifica tal afirmação com passagens bíblicas como a de Judas. O autor também cita a China, onde era exaltado e desapego pela vida e a glória da morte, a Grécia onde o mesmo era tido como ato heroico, passando pela Idade Média onde quem o cometia deveria ser punido e no Renascimento outra vez é ovacionado.

Atualmente, o suicídio é considerado pela OMS como um grave problema de saúde pública e foi a 4ª causa morte entre jovens no mundo em 2019.

Os sintomas mais recentes é o que nos impulsionam a investigar sobre a depressão, o suicídio e a relação de ambos com a exploração da força de trabalho no modo de produção capitalista, o estresse crônico, o sofrimento no trabalho, momentos de crise e outros sintomas divulgados pela OMS e MS como causas para

os transtornos mentais, já que a maioria desses sintomas são exemplificados nos casos de suicídios entre trabalhadores.

Abordamos também a sociedade em que esse modo de produção impera, já que como vimos estende-se até onde pode e avança para além das barreiras.

Para analisar da melhor forma essa sociedade e a relação entre a tríade citada no início do paragrafo nos baseamos em Marx e Durkheim.

Analisando o modo de produção capitalista, sua influência em diversas âmbitos da sociedade, a falta de controle desta sobre o modo de produção e seu poder de degradação e alienação do trabalho e do trabalhador e a produção de números exorbitantes e crescentes de suicídios pela mesma devido as necessidades básicas do sistema para produzir e reproduzir-se, implicando em mudanças e retiradas de direitos dos trabalhadores, aumento do desemprego, instabilidade financeiras, dificuldades e a pobreza que enfrentam, a insalubridade de seus locais de trabalhos, relações tóxicas que desencadeiam abuso e assédio moral, violência e diversas outras expressões da questão social.

Concluimos que de fato o modo de produção capitalista corrobora por meio da degradação do trabalho, da concentração de capital nas mãos de poucos e a pressão sobre os menos abastados para maior obtenção de lucro e manutenção do sistema a todo custo. Isto leva ao aumento e maior expressão dos casos de depressão e suicídio na atual sociedade.

REFERÊNCIAS

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Folha informativa – Suicídio**. Disponível em: < <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/suicide> > Acesso em: 02 mai. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Folha informativa – Depressão**. Disponível em: < https://www.who.int/health-topics/depression#tab=tab_1 > Acesso em: 28 jun. 2022.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Folha informativa – Depressão**. Disponível em: < <https://www.paho.org/pt/topicos/depressao> > Acesso em: 02 mai. 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Depressão: causas, sintomas, tratamentos, diagnóstico e prevenção**. Disponível em: < <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/d/depressao-1/depressao> >. Acesso em: 2 mai. 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Suicídio (prevenção)** Disponível em: < <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/suicidio-prevencao> >. Acesso em: 02 mai. 2023.

ALBUQUERQUE, Walter Araujo de. **A relação do suicídio com o trabalho na sociedade capitalista**. 2018. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Maceió, 2018.

CARSSOLA, R.M.S. **O que é suicídio**. São Paulo, Brasiliense, 1984.

DURKHEIM, E. **O suicídio: estudo de sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GONÇALES, Cinthia A.V; MACHADO, Ana L. **Depressão, o mal do século: de que século?**. R Enferm UER, Rio de Janeiro, 2007.

LOPES, H. Dias. **Suicídio: causa, mitos e prevenções**. São Paulo: Hagnos, 2007.

MARÍN-LEÓN, Leticia. BARROS, Marilisa B. A. **Mortes por suicídio: diferenças de gênero e nível socioeconômico**. Rev. Saúde Pública 37(3):357-63. Campinas, SP, 2003.

MARX, Karl. et al. **Sobre o suicídio**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MARX, Karl. **O Capital**. Tradução de Rubens Enderle. Editora Boitempo. Cap. 23.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. [s.l.] Boitempo Editorial, 2010.

MATÉRIA, Toda. **Revoluções Burguesas.** [s.d.]. Disponível em: < <https://www.todamateria.com.br/revolucoes-burguesas/> >. Acesso em: 02 mai. 2023

MENEGHEL, Stela Nazareth. MOURA, Rosylaine. **Suicídio, cultura e trabalho em município de colonização alemã no sul do Brasil.** Interface (Botucatu) , 2018; 22(67):1135-46.

MÉSZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital.** 2.ed. São Paulo: Boitempo,2011.

MILITAR, M. **Charlie Chaplin Tempos Modernos (Dublado) | Versão Brasileira - Herbert Richers** YouTube, 7 jul. 2017. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=fCkFjIR7-JQ> >. Acesso em: 02 mai. 2023.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política : uma introdução crítica.** São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, Nilson Berenchtein. Suicídio e trabalho: breves considerações acerca da relação entre sofrimento e alienação. *In*: NAVARRO, Vera Lucia. LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. **Avesso do trabalho III: Saúde do trabalhador e questões contemporâneas.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013, p. 123-140.

POVO, Gazeta do. **5 grandes crises econômicas que abalaram o mundo.** Disponível em: < <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/5-grandes-crises-economicas-que-abalaram-o-mundo-atheycnpmtjil1dfe9srhaapl/> >. Acesso em : 02 mai. 2023.

RODRIGUES, M. M. A. Suicídio e sociedade: um estudo comparativo de Durkheim e Marx. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 12, n. 4, p. 698–713, dez. 2009.

TEIXEIRA, Napoleão. **O suicídio.** Curitiba: Guaíra, 1947ou1948.

WERNECK, Guilherme L. HASSELMANN, Maria Helena. PHEBO, Luciana Barreto. VIEIRA, Denise E. GOMES, Vera Lúcia de O. **Tentativas de suicídio em um hospital geral no Rio de Janeiro, Brasil.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 22(10):2201-2206, out, 2006.

WEB, Gazeta. **Makro de Maceió é vendido para Carrefour e deve funcionar com bandeira Atacado.** Disponível em: <<https://www.gazetaweb.com/noticias/economia/makro-de-maceio-e-vendido-para-carrefour-e-deve-funcionar-com-bandeira-atacado/>>. Acesso em: 02 mai. 2023.